

A close-up portrait of a woman with voluminous, curly brown hair. She has a soft smile and is looking directly at the camera. The background is a blurred, bright outdoor setting with green foliage and a bright light source, possibly the sun, creating a warm and natural atmosphere.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2018



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

EXPEDIENTE

CÂMARA DOS DEPUTADOS
55ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Presidenta **Ana Perugini (PT/SP)**
1ª Vice-presidenta **Luizianne Lins (PT/CE)**
2ª Vice-presidenta **Laura Carneiro (DEM/RJ)**
3ª Vice-presidenta **Zenaide Maia (PHS/RN)**

TITULARES

Carmen Zanotto (PPS/SC)
Dâmina Pereira (PODE/MG)
Elcione Barbalho (MDB/PA)
Gorete Pereira (PR/CE)
Janete Capiberibe (PSB/AP)
Jô Moraes (PCdoB/MG)
Keiko Ota (PSB/SP)
Luana Costa (PSC/MA)
Maria Helena (MDB/RR)
Norma Ayub (DEM/ES)
Raquel Muniz (PSD/MG)
Rosângela Gomes (PRB/RJ)
Vicentinho (PT/SP)
Yeda Crusius (PSDB/RS))

SUPLENTES

Benedita da Silva (PT/RJ)
Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)
Christiane de Souza Yared (PR/PR)
Diego Garcia (PODE/PR)
Erika Kokay (PT/DF)
Flávia Moraes (PDT/GO)
Flavinho (PSC/SP)
Jean Wyllys (PSOL/RJ)
Marcos Reategui (PSD/AP)
Professora Marcivania (PCdoB/AP)
Tia Eron (PRB/BA)

Assessores técnicos e revisores da CMULHER

Anne Martins de Paula
Marcel Eduardo Vieira Moraes
Marcelle Rodrigues Campello Cavalcanti
Marília Amora de Queiroz

Secretária-executiva: Valéria Pessoa

Proj. Gráfico e diagramação: José Jance Marques

Conteúdo: José Jance Marques

Fotos: Zeca Ribeiro

Câmara dos Deputados

Anexo II – Pav Superior - Sala 150, Ala B
Praça dos Três Poderes - CEP: 70160-900
Brasília/DF Telefones: (61) 3216-6961
E-mail: cmulher.decom@camara.leg.br





SUMÁRIO

| | |
|----------------------------|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 04 |
| MEMBROS | 06 |
| RESULTADOS | 10 |
| AUDIÊNCIAS PÚBLICAS | 18 |
| SEMINÁRIOS | 26 |
| PRÊMIO CARLOTA | 30 |
| LINHA DO TEMPO | 34 |

Apresentação

Em 2018, assumimos a Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados com o objetivo de levar os trabalhos deste colegiado a todo o país.

Abrimos o diálogo trazendo os movimentos sociais para o parlamento. Para tanto criamos o Café com Elas, uma reunião quinzenal entre as parlamentares da Comissão e representantes dos movimentos de mulheres, defensoras públicas, promotoras, jornalistas e cidadãos. Instituímos o Tribuna das Mulheres, espaço semanal para ouvirmos especialistas nas diversas áreas relacionadas às mulheres e debater pautas pertinentes à CMulher. Recebemos a senadora francesa Laurence Rossignol, trocando experiências de aplicação de políticas públicas entre Brasil e França. Também mantivemos diálogo com os demais poderes, recebendo em diversas ocasiões a representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Poder Executivo bem como membros do Poder Judiciário.

Neste ano também aprovamos mais de sessenta proposições com as mais diversas temáticas, promovemos seminários nacionais e um seminário internacional, audiências públicas, e realizamos diligência para acompanhar denúncias feitas na Comissão.

Acreditamos que os debates aqui travados foram fundamentais para que possamos continuar no combate à violência contra a mulher, aperfeiçoando a legislação, para que aumentemos a participação das mulheres na política, combatamos o preconceito contra a mulher negra e melhoremos o atendimento nas questões da saúde da mulher.

Desta forma, a CMulher continua a reiterar, ano a ano, seu compromisso com defesa contínua e incansável dos direitos das meninas e mulheres do nosso país. ■

Ana Perugini
Presidenta da Comissão de
Defesa dos Direitos da Mulher



PRESIDÊNCIA DA CMULHER



LUIZIANNE LINS

PT/CE

1ª VICE-PRESIDENTA



ANA PERUGINI

PT/SP

PRESIDENTA



LAURA CARNEIRO

DEM/RJ

2ª VICE-PRESIDENTA



ZENAIDE MAIA

PHS/RN

3ª VICE-PRESIDENTA

TITULARES



CARMEN ZANOTTO
PPS/SC



DÂMINA PEREIRA
PODE/MG



ELCIONE BARBALHO
MDB/PA



GORETE PEREIRA
PR/CE



JANETE CAPIBERIBE
PSB/AP



JÔ MORAES
PCdoB/MG



KEIKO OTA
PSB/SP



LUANA COSTA
PSC/MA



MARIA HELENA
MDB/RR

TITULARES



NORMA AYUB
DEM/ES



RAQUEL MUNIZ
PSD/MG



ROSÂNGELA GOMES
PRB/RJ



VICENTINHO
PT/SP



YEDA CRUSIUS
PSDB/RS



BENEDITA DA SILVA
PT/RJ



CARLOS GAGUIM
DEM/TO



CHRISTIANE YARED
PR/PR

SUPLENTES



DIEGO GARCIA
PODE/PR



ERIKA KOKAY
PT/DF



FLÁVIA MORAIS
PDT/GO



FLAVINHO
PSC/SP



JEAN WYLLYS
PSOL/RJ



MARCOS REATEGUI
PSD/AP



PROFESSORA MARCIVANIA
PCDoB/AP



TIA ERON
PRB/BA

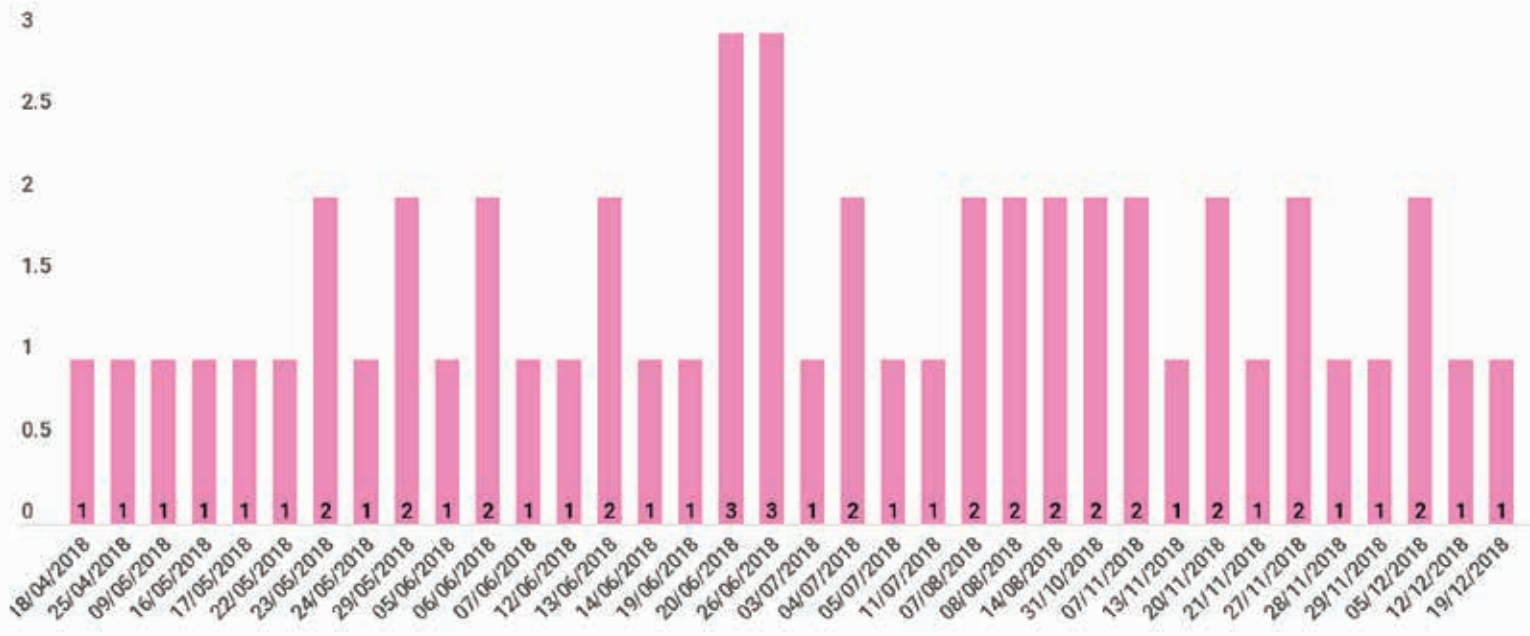
Reuniões

Ao longo de 2018, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) convocou 53 reuniões. Dessas 15 foram deliberativas, que são encontros para a análise e decisão sobre proposições legislativas. Outras 17 foram reuniões técnicas, que contemplam programas como o **Tribuna das Mulheres** e o **Café com Elas**.

Foram realizadas sete audiências públicas, sete reuniões de seminário, uma de instalação e eleição da presidente, uma reunião de eleição das vices, duas reuniões conjuntas, uma sessão solene, uma mesa redonda e uma diligência.

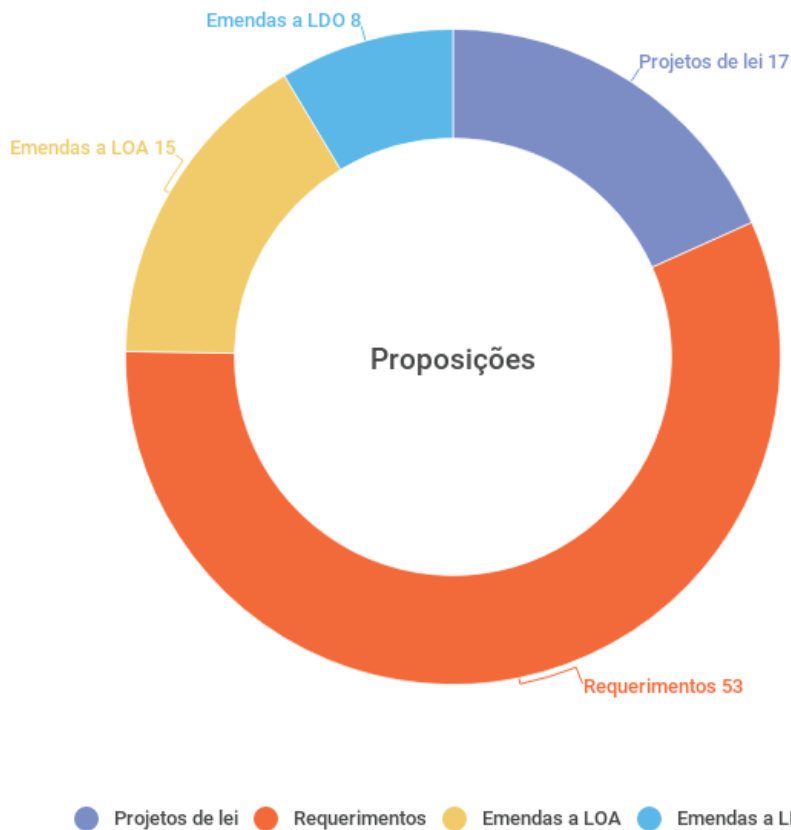
53 reuniões realizadas em 2018





DISTRIBUIÇÃO DE REUNIÕES POR DATA

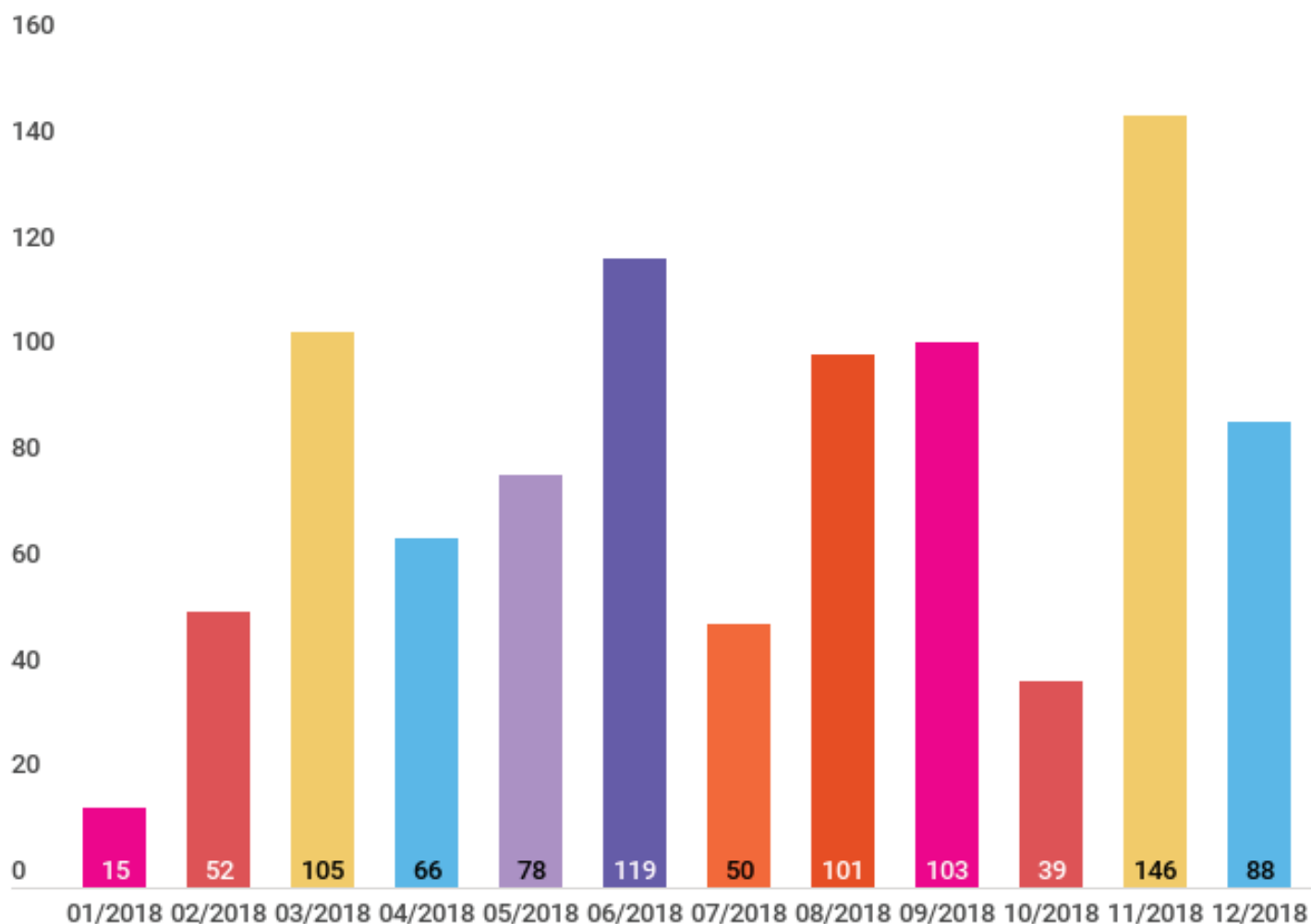
O gráfico acima traz a distribuição das reuniões ao longo do ano. Devido ao novo perfil de gestão, foram instituídas reuniões técnicas semanais além das deliberativas ordinárias. Por isso, a partir de maio, havia mais de uma reunião por dia. Nos dias de seminário e audiência pública, esses números crescem ainda mais.



PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Ao longo de 2018, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher apreciou 93 proposições legislativas. Destas, 53 foram requerimentos, 17 foram projetos de lei, 15 emendas à Lei Orçamentária Anual e oito emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

962 matérias na imprensa sobre a CMULHER



A IMPRENSA NACIONAL DÁ DESTAQUE À ATUAÇÃO DA CMULHER

Ao longo do ano de 2018, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher foi citada em 962 matérias jornalísticas na imprensa nacional.

A maioria das citações estavam relacionadas aos programas desenvolvidos pela CMULHER, como o Tribuna da Mulher, Café com Elas, seminários e audiências públicas.

O gráfico da página ao lado mostra a distribuição das matérias ao longo dos meses. Percebe-se que os períodos com maior volume de notícias ocorreram em março (eleição da presidência da Comissão), junho (quando ocorreu um seminário sobre a participação feminina na política) e novembro, data de realização de seminário sobre guarda compartilhada e alienação parental.

UMA COMISSÃO MAIS PRÓXIMA DA SOCIEDADE

A **CMULHER** CRIOU PROGRAMAS PARA APROXIMAR AS PARLAMENTARES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.



CAFÉ COM ELAS

O Café com Elas foi um espaço pensado pela Presidenta da CMulher, Deputada Ana Perugini, para o diálogo com os movimentos de mulheres. Nesse encontro são apresentadas propostas de ação da Comissão da Mulher e recebimento de demandas das mulheres.



TRIBUNA DAS MULHERES

A Tribuna da Mulheres ocorreu semanalmente antes da reunião ordinária deliberativa da CMulher. É um espaço que aproxima a sociedade e os movimentos de mulheres dos trabalhos realizados pela Comissão. Foram convidadas representantes dos movimentos de mulheres, especialistas e cidadãs, com o objetivo de apresentar demandas ou debater pautas pertinentes à área de competência da Comissão.



Audiências

públicas

12/06/2018



Aplicabilidade da Lei nº 13.642/2018 - Lei Lola

participantes

LOLA ARONOVICH, Autora do blog “Escreva Lola Escreva”

VLADIMIR BARROS ARAS, Procurador-Regional da República da 1ª região

JANAINA COSTA DE OLIVEIRA GADELHA, Chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas/Polícia Federal

JULIANA CUNHA, Coordenadora de Serviço de Orientação para Meninas e Mulheres que Sofreram Violência na Internet, da ONG SaferNet Brasil

BIA BARBOSA, Representante do Observatório do Direito a Comunicação Intervenções

MILA DUMARESQ, Consultora do Senado Federal

CLEIDE LEMOS, Consultora do Senado Federal

Requerimento n.º 106/2018 - CMULHER, de autoria da deputada Luizianne Lins.



Direito das Mulheres à cidade

Com a participação da **Comissão de Desenvolvimento Urbano**

participantes

Dep. LUIZIANNE LINS, Ex-Prefeita de Fortaleza;

FLAVIA GIANINI, Organizadora do ato "Então eu Grito";

CLÁUDIA BONALUME, Doutoranda em Estudos do Lazer na UFMG;

SONIA COELHO, Representante da Marcha Mundial das Mulheres;

JOICE BERTH, Arquiteta e Urbanista; e

TEREZINHA DE OLIVEIRA GONZAGA, Professora da Unifev - Centro Universitário de Votuporanga - SP

Requerimento n.º 107/2018 - CMULHER e Requerimento n.º 221/2018 - CDU, ambos de autoria da Dep. Ana Perugini e Margarida Salomão.

19/06/2018



A PEC nº 160, de 2015 e seus impactos sobre a organização financeira das famílias brasileiras

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor

participantes

EDUARDO NUNES DE QUEIROZ, Defensor Nacional de Direitos Humanos - DNDH, da Defensoria Pública da União;

CLÁUDIA CARVALHO QUEIROZ, Defensora Pública da Tutela Coletiva em Defesa do Consumidor do Estado do Rio Grande do Norte;

BERNARDO VIEIRA TORRES DE TEIVE E ARGOLO, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado Substituto, representando a Secretaria Nacional do Consumidor - Ministério da Justiça;

ANA PAULA GUEDES, Representante do grupo Mulheres Empreendedoras Brasil.

Requerimento n.º 113/2018 - CMULHER e Requerimento n.º 209/2017- CDC, de autoria das deputadas Zenaide Maia, Ana Perugini e Chico Lopes.

26/06/2018



Saúde Mental e Gênero

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família

participantes

VALESKA ZANELLO, Doutora em Psicologia, Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Saúde Mental e Gênero", da Universidade de Brasília;

ROSIVÂNIA LÚCIA SILVA TOSTA, Neuropsicóloga clínica;

ADRIANO LIMA, Psicólogo clínico; e

MARIZETE GOUVEIA, Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura, e representante da Articulação Nacional de Psicólogos Negros.

Requerimento n.º 16/2018 - CMULHER, de autoria das deputadas Erika Kokay e Benedita da Silva, assinado por Diego Garcia, Jô Moraes e Luizianne Lins.

Requerimento n.º 709/2018 - CSSF, de autoria das deputadas Benedita da Silva e Erika Kokay.

05/07/2018



A falta de apoio ao futebol feminino.

participantes

ANDRÉ LUIS ARGOLO RIBEIRO, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte;

CARLOS FELIPE LACERDA RAMALHO, Gerente Executivo da Superintendência Nacional Promoções e Eventos da Caixa Econômica Federal;

ALINE PELLEGRINO, Coordenadora do Departamento de Integração de Atletas na Federação Paulista de Futebol;

CRISTIANE GAMBARÉ, Diretora de Futebol Feminino do Corinthians;

BRUNA DEALRY, do Movimento #Deixa Ela trabalhar;

ALFREDO CARVALHO FILHO, Diretor Comercial da Sport Promotion, organizadora do Campeonato Feminino de Futebol;

CARLA AMBROSIO, Representante do Movimento Mulheres de Arquibancada.

Requerimento n.º 122/2018 - CMULHER de autoria da deputada Ana Perugini.

05/12/2018



As propostas apresentadas pelo manifesto “Reforma Tributária Solidária” com o objetivo de esclarecer a população e principalmente as mulheres brasileiras.

participantes

EDUARDO FAGNANI, Professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit) e coordenador da rede Plataforma Política Social;

FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais;

JOANA MOSTAFA, Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - ANFIP.

Requerimento n.º 131/2018 - CMULHER, de autoria da deputada Zenaide Maia.

19/12/2018



A situação da Casa da Mulher Brasileira

participantes

DULCIELLY NOBREGA DE ALMEIDA, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do DF;

ERICKA FILIPPELLI, Secretária da Mulher do Distrito Federal;

CLAYTON DE SOUZA AVELAR, Presidente do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF - SINDSASC-DF;

DOROTÉIA FERREIRA DE OLIVEIRA BOTELHO, Representante das mulheres atendidas pela Casa da Mulher Brasileira - unidade de Brasília;

JOANNA MELLO, Secretária-Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal;

GERALDA LOPES DE RESENDE, Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal; e

FÁBIO FELIX, Deputado distrital eleito.

Requerimento n.º 148/2018 - CMULHER, de autoria da deputada Erika Kokay.

Seminários



Seminário Internacional - As Mulheres na Política

Com a participação da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados

- participantes**
- Ana Luiza Backes**, Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados na área de Ciência Política
 - Danielle Fermiano Gruneich**, Assessora Jurídica da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados
 - Jacira Melo**, Diretora-Executiva do Instituto Patrícia Galvão - IPG
 - Carolina de Assis**, Representante da Organização Gênero e Número
 - Flávia Campuzano**, Representante da Agência LUPA
 - Per-Arne Hjelmborn**, Embaixador da Suécia no Brasil
 - Maria Leissner**, Embaixadora, ex-líder do Partido Liberal e ex-membro do Parlamento na Suécia.
 - Maryan Abdulkarim**, Fundadora da Rede de Feministas Nórdicas e fundadora do Partido Feminista Finlandês
 - Mônica Oliveira**, Representante do Comitê Mulheres Negras Rumo ao Planeta 50 50
 - Marjorie Nogueira Chaves**, Doutoranda em Políticas Sociais pela UnB

Requerimento n.º 103/2018 - CMULHER, de autoria das deputadas Ana Perugini e Zenaide Maia.

20/11/2018



Seminário Mulheres Negras Movem o Brasil - Invisibilidade e Oportunidade

Com a participação da Secretária da Mulher da Câmara dos Deputados, Comissão Mista de Combate à Violência Contra Mulher e Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal

- participantes**
- Deise Benedito**, Especialista em Direitos Humanos e perita de mecanismo nacional de prevenção e combate a tortura do Ministério dos Direitos Humanos
 - Vera Araújo**, Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno
 - Charlene Borges**, Coordenadora do GT mulheres e membra do GTde políticas etnorraciais da Defensoria Pública da União
 - Givânia Silva**, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola - CONAQ
 - Daldice Maria Santana de Almeida**, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça
 - Rosália de Oliveira Lemos**, Rede de Mulheres Negras do Rio de Janeiro
 - Dulce Pereira**, da Executiva Nacional do Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver
 - Jackeline Silva**, Coletivo Pretinhas

Requerimento n.º 132/2018 - CMULHER, de autoria da deputada Benedita da Silva.

27/11/2018



Seminário Internacional Guarda Compartilhada: Leis, Justiça, Violências e Conflitos.

Com a participação da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, da Secretaria da Mulher e da Procuradoria da Mulher do Senado.

participantes

Dulcielly Nobrega de Almeida, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do DF
Marcela M Furst Signori Prado, Representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM;
Ana Maria Iencarelli, Presidente da ONG Vozes de Anjos
Miquelly Barbosa da Silva, Universidade de Brasília.
Myllena Calasans, Representante do Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM;
Perla Gómez Gallardo - Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do México;
Marília Lobão - Psicóloga Jurídica, Psicoterapeuta de Adultos, Casais e Família, Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília;
Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
Valéria Scarance Fernandes, Coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Estado de São Paulo;
Eduardo Ponte Brandão, Conselho Federal de Psicologia;
Rodrigo Ricardo, Diretor da Associação Brasileira Criança Feliz - ABCF/MG;
Ariane Leitão, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RIO Grande do Sul;
Juíza Maria Clara Sottomayor, Tribunal Constitucional de Portugal.

Requerimento n.º 110/2018 - CMULHER, de autoria das deputadas Ana Perugini, Elcione Barbalho e Luizianne Lins.

Diploma Mulher
Cidadã Carlota
Pereira de Queirós



Câmara entrega Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós 2018

A Câmara dos Deputados realizou sessão solene para a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós. A homenagem é concedida a mulheres que tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania e para a defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero no Brasil.

As cinco premiadas foram: Alzira Soriano e Marielle Franco, ambas em homenagem póstuma, Ana Cristina Ferro Blasi, Mônica Spada e Souza e Renata Gil de Alcântara Videira.

Alzira Soriano foi a primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina. Tomou posse na prefeitura de Lajes (RN) em 1º de janeiro de 1929.

Marielle Franco, socióloga, feminista e defensora dos direitos humanos, foi eleita vereadora na cidade do Rio de Janeiro em 2016, cargo que exerceu até março de 2018, quando foi assassinada.

As outras agraciadas foram:

Ana Cristina Ferro Blasi – Foi juíza do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e responsável pela campanha “Mulheres na política, elas podem, o Brasil precisa”.

Mônica Spada e Sousa – É diretora-executiva da Maurício de Sousa Produções, lançou o projeto “Donas da Rua” em 2016, em parceria com a ONU Mulheres, para estimular o empoderamento e a igualdade de oportunidades.

Renata Gil de Alcântara Videira – Juíza responsável pela organização do prêmio “Amaerj (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro) Patrícia Acioli de Direitos Humanos”, que já premiou diversas ações relativas aos direitos da mulher e questões de gênero.

Primeira deputada federal

Carlota Pereira de Queirós (1892-1982) nasceu na cidade de São Paulo. Médica, escritora, e pedagoga, foi a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal. Entre 1934 e 1935, participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte.

Foi eleita à Câmara dos Deputados pelo estado de São Paulo em 1934. Durante o mandato, dedicou-se a ações educacionais que contemplassem melhor o tratamento às mulheres e às crianças. Ocupou o cargo até o golpe de 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso.





**Linha do tempo da
Comissão de Defesa
dos Direitos da Mulher
em 2018**

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher elege sua presidenta

09/05/2018 - Agência Câmara

A deputada Ana Perugini (PT-SP) assumiu o comando da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Mesmo com o ano legislativo mais curto por conta do período eleitoral, Ana Perugini pretende levar o debate de gênero para os estados brasileiros.

“Levar a comissão para fora das paredes da Câmara e fazer audiências nos estados, nas localidades indicadas pelos deputados e deputadas que

participam ou não da comissão, mas que tenham temas ou projetos relevantes em relação às mulheres”, informou.

Outro desafio da comissão é o projeto do Estatuto do Nascituro. A própria comissão solicitou a redistribuição da proposta para que pudesse analisá-la. O texto busca assegurar ao feto o direito à vida desde a concepção, o que, na prática, pode levar à proibição do aborto em qualquer circunstância.



Comissão aprova convite para ministro prestar esclarecimentos

09/05/2018 - Agência Câmara

A Reunião deliberativa da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher do dia 8 de maio aprovou requerimento para convidar o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Pedro Colnago Junior, para prestar esclarecimentos sobre a transferência de recursos destinados às Políticas para as Mulheres, para a Secretaria de Comunicação (SECOM).

O requerimento, de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT/DF), é oriundo da publicação da portaria 75 de 2018 pelo Ministério do Planejamento que retira ao menos 208,9 milhões de reais de programas de combate à violência contra a mulher, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Sistema Único de Saúde (SUS), e de geração de emprego e renda e a transfere para os gastos com publicidade e comunicação institucional da presidência.



Comissão aprova ampliação de licença-maternidade

10/05/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou, com emenda, proposta que amplia de 4 meses para 6 meses o período de licença-maternidade da mulher que trabalha em embarcações da marinha mercante, de navegação fluvial e lacustre, de tráfego nos portos ou de pesca.

A relatora, deputada Ana Perugini (PT-SP), recomendou a aprovação do Projeto de Lei 1145/11, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), com alteração que estende a licença-maternidade

a mulheres que trabalham em plataformas fixas. "Sugerimos emenda para incluir no texto as plataformas fixas, que são normalmente rebocadas", explica a relatora.

Pelo texto, a licença da trabalhadora poderá ter início em qualquer data entre 70 dias antes do parto e o dia em que ela der à luz. Para a empregada em geral, a licença pode começar somente a partir do 28º dia antes do parto.



CMulher recebe a senadora francesa Laurence Rossignol

21/05/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizou, na manhã de quinta (17/05), reunião de intercâmbio sobre políticas para as mulheres. A convidada foi a Senadora francesa Laurence Roussignol, ex Ministra das Famílias, da Infância e dos Direitos das Mulheres, no Governo de François Hollande.

Representante da Região de Oise, a parlamentar é filiada ao Partido Socialista Francês e tem larga atuação em defesa dos direitos das mulheres. Em

seu mandato como Ministra (2016-2017), lançou uma campanha nacional que tinha como slogan “machismo não faz meu gênero”.

Participaram da reunião as Deputadas Ana Perugini, Luizianne Lins, Zenaide Maia, Gorete Pereira, Érika Kokay e a Senadora Lídice da Mata além de representantes de Movimentos Feministas e de Mulheres (Grupo Curumim- Recife PE, CFEMEA, Frente de Mulheres Negras DF e ANIS).



“Café com Elas” recebe movimentos sociais

23/05/2018 - Agência Câmara

A primeira edição do evento aconteceu ontem (22/05) e contou com a participação de representantes dos Movimentos Sociais e gabinete de parlamentares.

Participaram desse primeiro encontro: Rita Andrade, do PSOL e do movimento Artistas pela Democracia; Regina Adami, do IROHIN-FMDF; Mariana Rosa, do Coletivo Rosas pela Democracia; Jolúzia Batista, do CFEMEA; Marina Pereira de Andrade, da Frente de

Mulheres Negras-DF e entorno; Onildes Conrado Santos, da Frente de Mulheres Negras; Emília Fernandes, Presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul Brasil; Mirella Patrícia M. Ximenes, da Defensoria Pública da União; Kelly Cristina Santos, do PRP-DF; Salviana R. de Pinho, da Defensoria Pública da União; a Prefeita de Lauro de Freitas-BA, Moema Gramacho, Tania Mara, do Gabinete da Deputada Maria do Rosário; Katia Patrícia Torres, da Liderança PPS; Vanda Trigueiro Caldas, da Liderança do PT.



CMulher realiza diligência em Caraguatatuba/SP

25/05/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizou na tarde do dia 24 de maio, diligência com o objetivo de averiguar suspeitas de arbitrariedade na prisão de uma indígena pela Polícia Militar Ambiental no município de Caraguatatuba, no litoral Norte paulista.

O evento é consequência da aprovação do Req. 108/2018, de autoria da Dep. Ana Perugini, que relata: “No dia 13 de maio de 2018, uma indígena artesã guarani, Patricia Ara Jera Borges da Silva, foi detida pelo Batalhão de Polícia Ambiental por

transportar artesanatos e palmito extraído da reserva onde ela vive. Vale salientar que a prisão dessa indígena ocorreu de forma ilegal, pois a mesma tinha autorização para extrair e comercializar tanto seu artesanato, quanto o palmito da reserva onde vive. Infelizmente, essa prisão ocorrera no Dia das Mães, quando a indígena estava com seus filhos, um bebê de dois meses e uma criança de 11 anos. Todos foram encaminhados à delegacia. Já não bastava toda injustiça com a Sra. Patricia Ara Jera Borges da Silva, seus filhos menores ainda foram atingidos, tendo que vivenciar toda essa situação”.



CMULHER recebe advogada para discutir direitos das mulheres

23/05/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher reúne-se nesta manhã com a especialista em direitos humanos e enfrentamento à violência contra as mulheres Myllena Calasans de Matos.

Myllena é feminista, advogada, especialista em direitos humanos e enfrentamento à violência contra as mulheres. Integrou o Consórcio de ONGs Feministas que elaborou o Antiprojeto da Lei Maria da Penha; e colaboradora do CLADEM-Brasil.

Myllena conta que “o CLADEM atuou na elaboração do anteprojeto da Lei Maria da Penha, que contou com a fabulosa e espetacular articulação da bancada feminina nesta Casa, para 12 anos depois as mulheres poderem contar com uma lei de combate à violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha é um grande marco, após as conquistas que as mulheres conseguiram a partir da Constituição de 1988 e da mudança na legislação voltada às mulheres”.



Comissão recebe produtora cultural feminista

29/05/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher reuniu-se com a educadora e produtora cultural Hellen Cristhyan.

O encontro discutiu temas que dialoguem com a defesa dos direitos das mulheres. " Atuamos com o consórcio de ONGs composto por CFEMEA, THEMIS, ADVOCACI, AGENDE e com juristas feministas colaboradoras", ela conta.

Hellen conta que "A crise que o Brasil e o mundo vivem hoje é fruto do patriarcado, da constituição das masculinidades, e a gente percebe isso quando observa quem são os donos do poder, que são sobretudo homens brancos, CIS, heterossexuais. Isso mostra a composição cultural da nossa sociedade, que tem números alarmantes, como o de que no Brasil e na Argentina 80% dos crimes são cometidos por homens e no México 90%".



Café com Elas recebe representantes das revistas femininas

05/06/2018 - Agência Câmara

A 2ª edição do “Café com Elas”, um espaço aberto para o diálogo com os movimentos de mulheres, recebeu representantes da edição/redação de revistas femininas e de blogs com o objetivo de trocar experiências e informações para fortalecer a política em defesa dos direitos das mulheres nos meios de comunicação.

Estiveram presentes Patrícia Zaidan, Redatora-Chefe da Revista Claudia, Clea Nunes da Silva (Charô Nunes), Coordenadora do Blogueiras Negras e Mariana Scherma, Editora da Revista Toda Teen.



CMULHER discute direitos das mulheres com ONG Cfemea

06/06/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher promoveu novo encontro para discutir temas que dialoguem com a defesa dos direitos das mulheres.

Para esta edição do Tribuna das Mulheres foi convidada a representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) Jolúzia Batista. O Cfemea é uma organização não governamental de Brasília que atua na defesa dos direitos da mulher.

Jolúzia Batista diz que a decisão do Supremo de garantir o mínimo de 30% do fundo partidário para candidatas mulheres é importante, mas acha que os partidos vão tentar estratégias para que, na prática, esse aumento de recursos para as candidaturas femininas não se concretize. "Agora é um desafio a mais para as mulheres que estão colocando as candidaturas nesse pleito eleitoral, de monitoramento, de pressão política no interior dos seus próprios partidos, o que é uma lástima, mas é isso mesmo."



Feminicídio é tema de debate em Araraquara

07/06/2018 - Agência Câmara

Representantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados foram a São Paulo para discutir o feminicídio no Brasil. A deputada Ana Perugini (PT-SP), que propôs o debate, explica que o crime de feminicídio está previsto na legislação desde 2015 (Lei 13.104/15).

“Os parâmetros que definem a violência doméstica contra a mulher, por sua vez, estão estabelecidos pela Lei Maria da Penha [11.340] desde 2006: qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause

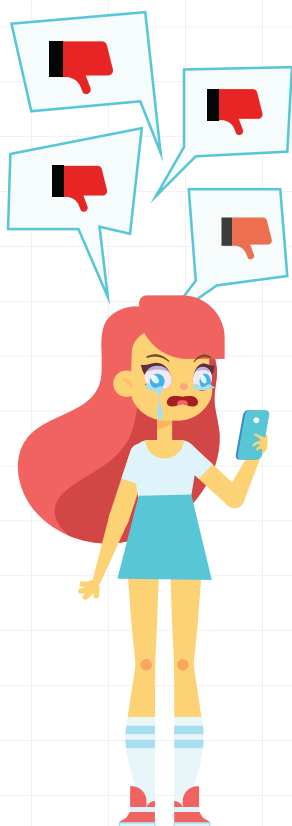
morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de orientação sexual”, resume a parlamentar.

A Lei de Feminicídio foi criada a partir de uma recomendação da CPMI que investigou a violência contra as mulheres nos estados brasileiros, de março de 2012 a julho de 2013.



12/06/2018

M INTERNET SEM MISOGINIA



Sancionada em abril, a chamada Lei Lola atribui à Polícia Federal a investigação de crimes cibernéticos de misoginia. O ódio, o desprezo e o preconceito contra mulheres ou meninas podem se expressar “de diferentes formas, como discriminação sexual, hostilidade, aversão, piadas, depreciação, no patriarcado, ideias de privilégio masculino, violência e objetificação sexual”, explica a deputada Luizianne Lins (PT-CE), autora da lei.

As ameaças a Lola Aronovich começaram em 2008, quando ela pôs no ar o blog feminista Escreva Lola Escreva. A blogueira lembrou que diversas vezes registrou boletim de ocorrência e que a Delegacia da Mulher de Fortaleza, onde mora, disse não ter condições de realizar as investigações, pois envolviam ações complexas, como quebrar o sigilo de um

site hospedado no exterior. Na ocasião, a Polícia Federal disse que não era sua atribuição investigar esse tipo de crime..

“A gente chegou ao nível de que muitas das pessoas que iam fazer BO na Polícia Civil, Delegacia da Mulher e a escrivã ficava com medo de assinar porque ela sabia que se assinasse com o nome dela, ia ser a próxima vítima a sofrer DOX – essa prática de descobrir os dados pessoais e divulgar. Então ela chamava um escrivão homem, porque misóginos têm mais criatividade para ameaçar mulheres do que homens”, contou Lola.

Para ela, a nova lei foi um grande avanço, pois a Polícia Federal é quem tem os mecanismos necessários para investigar esses crimes e que agora não tem mais como se eximir da função. Mas faz um alerta.

“Tem uma distância grande entre você aprovar uma lei e aplicar uma lei. A gente ainda precisa dialogar melhor com a Polícia Federal e também com outras instituições, como Safernet e Interozes, que são instituições com mais de 15 anos que conhecem bem o funcionamento de tudo isso na internet, pra que a gente consiga de fato aplicar essa lei”.

A representante da Polícia Federal no debate, Janaina Gadelha, disse que esses casos muitas vezes não chegam devidamente notificados ao órgão e confirmou que a lei pode trazer mudança.

Representando o Ministério Público Federal, o procurador Vladimir Aras ressaltou que existe diferença entre o crime ser investigado pela Polícia Federal e ser julgado na esfera federal. Ele explicou que juízes federais só vão lidar com esses processos quando

os crimes forem transnacionais e estejam previstos em tratados internacionais. Ele afirmou também que o envolvimento da Polícia Federal não exclui a participação da Polícia Civil na investigação e que a parceria com os estados é a melhor forma de lidar com esses casos.

A deputada Luizianne Lins acredita que a Lei Lola é um mecanismo para que a internet seja um instrumento positivo na luta das mulheres.

“Que as jovens não se inibam de falar, de ser blogueiras e de dar o seu recado. Que muitas Lolas venham pela frente para que a gente possa ter de fato a internet como um mecanismo de libertação das mulheres e não mecanismo de opressão e de mais ainda violência contra nós.”



CMULHER promove seminário sobre mulheres na política

13/06/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados promove no dia 13 de junho um seminário sobre a participação feminina na política. O evento foi solicitado pela presidenta da comissão, deputada Ana Perugini (PT-SP), e pela 3ª vice-presidenta, deputada Zenaide Maia (PHS-RN).

“Desde o sufrágio do voto feminino até 1988, com a Constituição Cidadã, o País não tinha desenvolvido ações específicas que incentivassem o ingresso das mulheres na vida política do País”, avalia Ana Perugini.

Segundo ela, da Constituição Federal até 2008, pressões nacionais e internacionais dos movimentos de mulheres levaram o Brasil a pensar em ações para incentivar uma maior participação feminina na política. “Uma década depois, o País segue ocupando o lugar 161º no ranking que mede a presença das mulheres na política, em um total de 186 países que compõem a Organização das Nações Unidas analisados”, lamenta.

A parlamentar lembra que, nas eleições de 2016, dos 5.568 municípios brasileiros, em 1.286 deles nenhuma mulher foi eleita vereadora. “Além disso, os dados alarmantes apontam que 5 estados não têm nenhuma mulher eleita para a Câmara dos Deputados.”

Dinheiro para propaganda

Hoje a Lei dos Partidos Políticos (9.096/95) já garante que 30% das candidaturas sejam de mulheres. Mas a bancada feminina argumentava que a simples reserva

de vagas não diminuía as desigualdades, já que as candidatas recebiam apenas 5% dos recursos e 10% do tempo de propaganda.

Em maio deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral garantiu a aplicação de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para candidaturas de mulheres. Esse percentual, de acordo com a decisão, pode ser maior e será proporcional ao percentual de mulheres candidatas em cada partido.

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha foi criado no ano passado para tentar compensar a proibição de doações empresariais para as campanhas eleitorais. Ele totaliza R\$ 1,7 bilhão para as eleições de outubro.

Em março, o Supremo Tribunal Federal já tinha definido a aplicação mínima de 30% dos recursos do Fundo Partidário para as candidatas mulheres, com base na legislação eleitoral em vigor.

Avanços

Na primeira mesa do seminário, as debatedoras avaliaram que as candidaturas femininas poderão ser alavancadas nas eleições de 2018 pela decisão do TSE.

A deputada Ana Perugini (PT-SP), destacou que hoje as mulheres ocupam apenas cerca de 10% das vagas na Câmara dos Deputados e que nenhum país conseguiu avançar em representatividade



feminina no Legislativo sem a aprovação de uma cota.

Porém, lembrou que, durante a discussão da reforma política no ano passado, o Congresso não aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 134/15, que garante um mínimo de 10% de mulheres em cada casa legislativa, inclusive nos estados e municípios.

Danielle Fermiano, assessora da Secretaria da Mulher da Câmara, destacou que o Brasil ocupa a 154ª posição em participação feminina no Parlamento, em ranking elaborado pela União Inter parlamentar que conta com 193 países (dados de maio de 2018). Conforme ela, existem bons exemplos na América Latina em que o Brasil pode se mirar.

“Cuba, por exemplo, ocupa o segundo lugar no mundo

em representatividade feminina no Parlamento, com 53,2% de mulheres; a Bolívia ocupa o terceiro lugar, com 53,1% de mulheres; e a Nicarágua, o sexto lugar, com 45% de mulheres”, disse. Ela observou que Bolívia e Nicarágua têm regras de paridade de gênero, em sistema de lista fechada, para as eleições para o Legislativo.

Cota atual

Para a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), a cota atualmente prevista na Lei dos Partidos Políticos (9.096/95), que garante 30% das candidaturas para mulheres, é “injusta e insuficiente”.

Carolina de Assis, da Organização Gênero e Número, foi uma das debatedoras a destacar que as eleições de 2018 representam uma oportunidade para as mulheres. Segundo ela, a cota de 30% de candidaturas

femininas tem sido ineficiente porque os partidos recorrem a candidatas “fantasmas” para preencher a cota, sem fornecer estrutura e recursos para elas.

Ela lembrou que, do universo de 57,8 mil vereadores eleitos em 2016, somente 328 foram mulheres pretas – 0,6% do total – e apenas seis delas foram eleitas para as Câmaras de Vereadores das capitais, como a vereadora do Rio de Janeiro assassinada Marielle Franco.

Decisão sobre aplicação

A consultora legislativa Ana Luiza Backes salientou que as decisões do TSE e do STF foram respostas à uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e a uma consulta e, justamente por isso, existem algumas dúvidas sobre sua aplicação - por exemplo, em relação aos critérios de distribuição dos recursos.

“Por exemplo, um partido que tem uma candidata a presidenta poderia decidir destinar todos os recursos previstos para mulheres para esta candidata, o que seria coerente dentro do que está fixado na lei, mas assim também estaria deixando de estimular candidaturas proporcionais”, citou. Ela disse que essa decisão deverá ficar a critério de cada partido.

Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), embora alguns partidos tentem questionar a decisão do TSE, ela é irreversível. Ela acredita que a aplicação dos 30% nas candidaturas femininas tem que ser decidida pelas mulheres do partido, e não pelas majorias de homens das legendas.

Qualidade da democracia

Para Jacira Melo, diretora-Executiva do Instituto Patrícia Galvão, a paridade de mulheres e homens no Parlamento tem a ver com a qualidade da democracia. Na visão dela, as mulheres têm “enorme sensibilidade

em relação a temas da vida real, como questões relativas a saúde e à segurança pública”. Ela salientou que os partidos estão, de forma geral, muito afastados das questões importantes para a população brasileira.

Suécia

Dados sobre a representação das mulheres nos Parlamentos de 193 países revelam que, enquanto o Brasil está posição 154, com apenas 10% dos mandatos na Câmara, a Suécia está em sexto lugar, com 43% de deputadas mulheres. Em seminário na Câmara dos Deputados sobre a participação feminina nas eleições brasileiras deste ano, a experiência sueca foi um dos destaques. O embaixador da Suécia, Per-Arne Hjelmborn, explicou que, hoje em dia, todas as ações do governo sueco têm que assegurar a igualdade de gênero.

“Na Suécia, temos o primeiro governo feminista do mundo. Cada ministro na Suécia tem a responsabilidade e a obrigação de assegurar a igualdade de gênero em sua área de responsabilidade. Isso faz diferença. É fundamental entender que a igualdade entre os sexos não é questão das mulheres. É um tema muito relevante para os direitos humanos e também para o desenvolvimento e o crescimento econômico”, declarou.

Ex-líder do Partido Liberal e ex-integrante do Parlamento na Suécia, a embaixadora Maria Leissner lembrou que as mudanças culturais dos anos 60 e especialmente o feminismo foram fundamentais para que o país chegasse ao nível atual de igualdade de gênero.

“Na maioria dos partidos políticos nós temos coletivos de mulheres organizadas. E isso também é uma lição aprendida. Se nós não nos organizarmos, dentro de nossos coletivos e para além das fronteiras, e se não apoiarmos umas às outras na luta feminista, não

chegaremos a lugar nenhum”.

Mulheres negras

No Brasil, as dificuldades de representação são ainda maiores para as mulheres negras. De acordo com Mônica Oliveira, representante do Comitê Mulheres Negras Rumo ao Planeta 50/50 da ONU, as mulheres negras permanecem excluídas da vida pública, devido à sobreposição das desigualdades de gênero, raça e classe social.

Ela alerta para a necessidade das cotas e dos recursos de campanha para que essas mulheres consigam se eleger como representantes políticas. A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) relembrou sua trajetória política repleta de exemplos de violência institucional,

e convocou as mulheres negras a participarem ativamente das eleições, lançando suas candidaturas.

“Essa história de mulher não vota em mulher é uma coisa cruel pra nós! Porque é evidente que criam um sistema que nos exclui e depois dizem que a culpa é nossa, que a gente é que não vota na gente, é mentira isso! Nós não podemos assinar embaixo”.

Para que os partidos políticos recebam os recursos do fundo eleitoral, cada legenda deverá discutir os critérios de aplicação desse dinheiro na campanha. A representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gassman, lembrou que as mulheres precisam se organizar dentro dos seus partidos, nas próximas semanas, para garantir a divisão dos recursos entre as candidaturas femininas.



Audência pública debate direito das mulheres à cidade

14/06/2018 - Agência Câmara

A criação de vagões exclusivos no metrô para mulheres, como vem ocorrendo em diversas capitais brasileiras, divide opiniões de feministas, mas é consenso que a solução para o problema do assédio no transporte público deve ir além da criação deles. O tema foi um dos discutidos em audiência pública sobre o direito das mulheres à cidade, promovida pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Desenvolvimento Urbano da Câmara no último dia 14.

A jornalista Flavia Gianini, organizadora do ato “Então eu grito”, destacou pesquisa que indica 92% das usuárias de metrô favoráveis ao “vagão rosa”, embora 88% o considerem insuficiente para resolver o problema. “Segregar é uma loucura, mas qual é a resposta imediata que podemos dar ao problema do assédio?”, questionou. Ela observou que a solução do vagão exclusivo é apenas paliativa para garantir a segurança das mulheres, já que culpabiliza a mulher pelo assédio, responsabilizando-a pelo problema, e que é preciso pensar numa solução definitiva.

Entre outras iniciativas para atacar o problema, Flavia defendeu canais de denúncia imediata de casos de assédio, por WhatsApp e SMS, como adotados no metrô da cidade de São Paulo. Na capital paulista, é relatado um caso de assédio em transporte público a cada dois dias, a maioria dos casos entre 7h e 10h da manhã.

Porém, segundo ela, muitas vezes a mulher é desestimulada pelos próprios seguranças do metrô a prestar denúncias.

Por isso, ela defendeu ainda o incentivo para que as mulheres denunciem o assédio; a educação de

gênero da população, com o combate ao que chama de “masculinidade tóxica”; e a ocupação dos espaços de decisão pelas mulheres. Além disso, ela disse que é preciso conscientizar os agentes públicos, como delegados de polícia, para classificar corretamente os atos como assédio e estupro, e não como contravenção penal.

Já Sonia Coelho, representante da Marcha Mundial das Mulheres, criticou os vagões de metrô exclusivos para mulheres. “Queremos estar em todos os vagões e sendo respeitadas e livres de violência. Ter um vagão exclusivo é dizer que o machismo vai ficar livre e que nós vamos ficar aprisionadas em um vagão”, defendeu. Ela salientou que as mulheres são maioria entre os usuários do transporte público. No Rio de Janeiro, por exemplo, elas representam 56% dos usuários do metrô.

Sonia acredita que a ação dos governos é essencial para a construção de políticas que alterem as desigualdades de gênero e raça nas cidades. Entre as iniciativas necessárias, mencionou o investimento em iluminação das vias públicas e em redes de atendimento a vítimas de violência, além campanhas permanentes contra o assédio sexual.

Direito à cidade

“A mulher produz a cidade, e não usufrui o direito à cidade”, disse a professora Terezinha Gonzaga, do Centro Universitário de Votuporanga (SP). Segundo ela, a exclusão tem sexo, raça/etnia, classe social e orientação sexual. Ela salientou que as mulheres negras em sua maioria estão nas favelas, são o maior número de analfabetas, fazem o trabalho doméstico,



ganham os piores salários e assistem diariamente à execução de seus filhos. “A violência de gênero e o feminicídio aumentam neste segmento da população”, acrescentou.

Ela lembrou que a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, “mulher que se apoderou do espaço urbano e do poder de fala”, foi executada há três meses. Os culpados pelo caso ainda não foram apontados. A professora destacou ainda que o Brasil é o quinto país em violência de gênero no ranking mundial, com 12 assassinatos de mulheres e 135 estupros por dia.

“Não podemos ser subalternas e passivas, e já é um rompimento estarmos fazendo esta audiência aqui”, afirmou a presidenta da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Margarida Salomão (PT-MG), que propôs o debate com a deputada Ana Perugini (PT/SP), presidenta da CMulher.

Machismo e racismo

A arquiteta e urbanista Joice Berth ressaltou que o machismo e o racismo são parte da construção e da formação das cidades brasileiras. “A gente tem na cidade a lógica da casa grande e senzala, com áreas nobres, espaços maioritariamente brancos, e as áreas de periferia e favelas, com a negritude em massa morando nesses espaços”, disse.

No caso do gênero, conforme ela, as mulheres têm uma série de impedimentos que não são institucionalizados. Ela resalta que grande parte das mulheres já sofreu assédio e as que dizem que não sofreram muitas vezes não são conscientes de que determinadas ações masculinas são expressões do machismo. “Há mulheres que acham que transitar na cidade e ser abordadas por um homem é elogioso”, citou.

CMulher debate impactos sobre a organização financeira das famílias brasileiras

19/06/2018 - Agência Câmara

Deputados, defensores públicos e empresários defenderam, no dia 19 de junho, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 160/15) que proíbe que os juros cobrados por instituições financeiras sejam maiores do que o triplo da taxa básica estabelecida pelo Banco Central. Atualmente, a Selic está em 6,5%.

O texto está em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, mas, segundo a deputada Zenaide Maia (PHS-RN), ainda não foi votado a pedido do então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

“Os cartões de crédito cobram até 300%, 400% de juros, ao mês, das famílias brasileiras, enquanto no país de origem deles cobram no máximo 1%. Isso, para usar um eufemismo, é uma extorsão, pois na verdade trata-se de um roubo”, criticou Zenaide, autora da PEC e do requerimento de realização da audiência pública.

Relatora da proposta na CCJ, a deputada Gorete Pereira (PR-CE), também esteve presente e se disse favorável à medida. Desde 2016, o parecer dela, pela aprovação, está pronto para ser apreciado.

O debate ocorreu em audiência conjunta das comissões

de Defesa dos Direitos do Consumidor; e de Defesa dos Direitos da Mulher. Dois dos principais interessados no assunto – o Banco Central e a Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços – foram convidados, porém não enviaram representantes à audiência.

Superendividamento

A defensora pública Cláudia Carvalho, que atua no Rio Grande do Norte, ressaltou a importância de se limitar os juros. “59% das famílias se encontram hoje na situação de superendividamento. É preciso que o Poder Legislativo crie mecanismos para que o poder público possa exercer efetivamente esse controle e essa regulação no sistema financeiro”, declarou.

Para o defensor público federal Eduardo Queiroz, a existência de uma lei que limite os juros possibilitará uma atuação mais positiva do Poder Judiciário. “Temos de assumir a defesa do consumidor como pauta essencial na luta contra os juros abusivos que a gente vê hoje em dia.”

“É inadmissível pagar juros anuais de 815% no cartão de crédito. Precisamos entancar essa sangria”, acrescentou a empresária Ana Paula Guedes.



Também se manifestaram favoravelmente à aprovação da PEC 160/15 os deputados Chico Lopes (PCdoB-CE); Esperidião Amin (PP-SC); Rafael Motta (PSB-RN); e Flávia Morais (PDT-GO).

Alerta

Já Bernardo Vieira Torres, representante da Secretaria Nacional do Consumidor, adotou uma postura mais

crítica em relação à diminuição dos juros por meio de uma lei.

“Quando se limitam os juros, pode haver o que os economistas chamam de escassez de crédito, o que prejudicaria os consumidores”, explicou. “Nós iremos continuar avaliando a PEC e, caso realmente seja benéfica para o consumidor em todos os seus aspectos, não iremos medir esforços para apoiá-la.”

Cresce número de denúncias de estupro “corretivos” contra lésbicas

20/06/2018 - Agência Câmara

As denúncias de estupro “corretivo” contra lésbicas têm aumentado, segundo especialista ouvida no espaço “Tribuna das Mulheres” da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara.

Janaína Oliveira, da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, explicou que os casos de estupro como tentativa de corrigir mulheres lésbicas e bissexuais têm aumentado nas comunicações pelo telefone 180, que é um número para denúncias de violência contra a mulher.

Janaína reclama da falta de dados sobre esses casos, como o total de investigações realizadas e de punições aplicadas. Ela explicou que, de maneira geral, é difícil ter dados específicos sobre casos de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais e citou estudo de grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro que identificou um aumento dos assassinatos de lésbicas entre 2000 e 2017, no Brasil.

De acordo com o estudo, foram apenas dois casos registrados no ano 2000 e entre 2014 e 2017, o total foi de 126. Os órgãos de Segurança Pública, segundo Janaína, registram redução da violência contra mulheres brancas; mas há aumento contra mulheres negras. Ela acredita que o mesmo ocorra contra mulheres lésbicas e bissexuais.

Janaína relatou duas experiências pessoais da dificuldade da sociedade brasileira em aceitar os relacionamentos entre mulheres.

“Eu tenho uma relação que vai fazer agora 17 anos e eu particularmente não ando com ela de mãos dadas, porque eu tenho medo de sofrer uma violência na rua. A gente ouve diariamente relatos de companheiras neste sentido”, lamentou.

Ela também falou sobre preconceito no campo de saúde, que no tratamento ginecológico apenas lida a partir de uma relação heteronormativa. “Eu fiz o meu primeiro preventivo aos 30 anos, porque foram muito difíceis as primeiras consultas. Me perguntavam se eu tinha um marido, se eu tinha filhos, se eu já fiz aborto. Toda uma linha que não trazia a minha realidade de relação”, relatou.

Presidenta da comissão, a deputada Ana Perugini (PT-SP) disse que muitas vezes a violência é institucionalizada e parte de comentários de investigadores policiais e até de deputados.



CMulher rejeita proposta que punia pessoa trans que usasse banheiro do novo gênero

21/06/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher rejeitou proposta do deputado Professor Victório Galli (PSL-MT) que considera contravenção penal o uso do banheiro público em desacordo “a seu sexo masculino ou feminino”.

Pelo projeto (PL 5774/16), em caso de mudança de gênero por tratamento hormonal, será preciso comprovar a mudança de nome por decisão judicial transitada em julgado para ter acesso ao banheiro conforme a nova condição.

A proposta inclui a medida na Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41). A pena prevista é de prisão simples, de 15 dias a três meses, ou multa.

Victório Galli critica a resolução de 2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais básica – órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – que recomendou o uso do banheiro público por estudantes transgêneros de acordo com a noção individual de gênero de cada usuário.

Para o deputado, só o Congresso Nacional tem o poder de normatizar matéria de cunho nacional. A resolução, porém, não tem força de lei, mas é uma recomendação para que as instituições de educação adotem práticas para respeitar os direitos de estudantes transgêneros.

O parecer da relatora, deputada Erika Kokay (PT-DF), foi contrário ao PL 5774/16 e ao PL 9742/18, projeto apensado de teor semelhante. Ela argumenta que as propostas “são totalmente desfavoráveis aos direitos de um grande grupo de mulheres – as mulheres trans”.

A deputada lembra que o Brasil é líder em homicídios de pessoas trans de ambos os gêneros. Para ela, em vez de criminalizar quem entra em qualquer banheiro público é preciso, urgentemente, educar as parcelas da sociedade que incitam à homofobia e à discriminação.

Tramitação

O projeto será analisado pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Plenário.



Deputada ERIKA K...

Idealizadora do Mulheres Inspiradoras participa de debate na Comissão da Mulher

26/06/2018 - Agência Câmara

A promoção de uma educação voltada para a diversidade de gênero e o combate ao machismo institucionalizado foram alguns dos pontos levantados pela professora Gina Vieira Ponte, ouvida, no último dia 26 de junho, no espaço “Tribuna das Mulheres” da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara.

Gina é professora da educação básica em uma escola pública de Ceilândia (DF) e idealizadora do projeto Mulheres Inspiradoras, livro que reúne textos de seus alunos sobre mulheres que os inspiram. “Foram mais de 150 entrevistas feitas pelos meus estudantes e pelas minhas estudantes. Em todas elas a figura decisiva na vida daquele adolescente era uma mulher: a mãe, a avó ou a bisavó”.

Segundo ela, é necessário pensar na promoção de uma educação não sexista, já que o machismo, de acordo com a professora, é algo tão cristalizado na nossa cultura que está institucionalizado dentro da escola.

Para a deputada Ana Perugini (PT-SP), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, a formação do professor precisa ser “justamente nos múltiplos saberes e principalmente na área cultural da perpetuação das desigualdades, que é o que nós mais

combatemos hoje no nosso país”.

Gina explicou que, além de trabalhar o fortalecimento da identidade das meninas, é preciso também falar sobre a educação de meninos para que eles não reproduzam discursos machistas. Para ela, promover uma educação não sexista significa defender uma educação capaz de promover transformação social.

Mulheres Inspiradoras

O projeto Mulheres Inspiradoras foi dividido em quatro etapas. A primeira consistiu em estudar obras escritas por mulheres. “A gente lê muito mais homens do que mulheres. Os meninos e as meninas têm acesso à história contada pela perspectiva dos homens”. Na segunda etapa, a professora propôs o estudo de biografias de grandes mulheres.

Depois, os estudantes foram convidados a conhecer a história de mulheres inspiradoras de Ceilândia. “São mulheres incríveis que estão fazendo um trabalho revolucionário nas suas comunidades, mulheres que atuam na saúde, na educação, como líderes comunitárias e como professoras”, contou. Na última etapa, a professora pediu que os alunos pensassem nas mulheres inspiradoras de suas vidas e foi aí que



surgiu o livro.

“O mais impressionante era que na narrativa daquelas mulheres apareciam histórias de violação de direitos, mulheres que, de uma forma ou de outra, sofreram o impacto do machismo mas seguiram firmes nas suas trajetórias. E aí eu me dei conta que a beleza daquelas histórias era grande demais para ficar só comigo e com os meus alunos e nós transformamos num livro”, conta a professora.

Prêmios

O projeto recebeu em 2014 o 4º Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2015, recebeu 1º Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos da Organização dos Estados Ibero-Americanos. No total, o projeto recebeu 12 prêmios, sendo dois internacionais, e foi transformado, em 2017, em política pública por força de um acordo de cooperação internacional.

Saúde mental feminina é tema de audiência pública

26/06/2018 - Agência Câmara

A violência doméstica, a culpa e a não realização das expectativas impostas às mulheres são algumas das causas do adoecimento mental feminino. O tema foi debatido no último dia 26 de junho, em audiência pública conjunta das comissões de Seguridade Social e Família; e de Defesa dos Direitos da Mulher.

De acordo com a doutora em psicologia Valeska Zanello, coordenadora do Grupo de Pesquisa “Saúde Mental e Gênero”, da Universidade de Brasília, a forma de agir dos homens faz com que o Brasil seja um dos países do mundo onde mais se matam mulheres. As pressões sofridas pelas mulheres geram transtornos de ansiedade e depressão, entre outras doenças, aponta a professora.

Ela defende que é necessário discutir um tipo de masculinidade agressiva, que não só faz as mulheres adoecerem como também faz com que as principais causas de morte entre os homens sejam os homicídios, acidentes de carro e suicídios.

Para Valeska Zanello, não se pode falar em saúde sem debater a saúde mental. “A gente tem várias questões que precisam ser nomeadas e problematizadas. Por exemplo, um alto índice de medicalização das mulheres por psicotrópicos, principalmente antidepressivos e ansiolíticos. Isso é invisibilizado. A gente tem o problema da violência contra as mulheres - o Brasil é o quinto

país em feminicídio - como um fator de adoecimento, o que tem sido sistematicamente reificado no serviço de saúde mental.

Como formas de ajudar na manutenção da saúde mental das mulheres, Valeska Zanello propôs a construção de creches, para que elas possam retomar a vida após a maternidade, e o debate da questão de gênero nas escolas, para que meninos e meninas tenham outras perspectivas.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) destaca as pressões sofridas pelas mulheres como causas do adoecimento mental feminino. “As mulheres têm muito sofrimento psíquico. Primeiro que são silenciadas pela sociedade sexista, machista, misógina. Ao mesmo tempo, as mulheres muitas vezes são consideradas coisas, são coisificadas. Isso significa que não temos espaço para vivenciar a nossa própria humanidade”, disse. “Então, essa discussão de recorte de gênero na saúde mental, ela precisa ser considerada. É preciso dar visibilidade para que a gente possa ter políticas próprias”, concluiu.

Segundo Erika Kokay, a culpa é usada como um instrumento de dominação. A sociedade culpa as mulheres pelos erros dos filhos, pela própria violência que sofrem e até pela pouca representatividade na política, o que gera um grande sofrimento mental, afirma a deputada.



CMulher recebe conselheiras do CNDM

26/06/2018 - Iara Cordeiro

As Conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher trouxeram para a Comissão uma nota de repúdio contra a transferência da SPM para o Ministério dos Direitos Humanos, informando que 41 servidoras técnicas serão devolvidas para seus órgãos de origem. Elas estiveram com a SEGOV e conversaram com a Secretária Adjunta Viviane e na Casa Civil, com Ricardo Vieira, para levar o problema.

Entregaram uma nota de repúdio para a Comissão e assinaram junto com as parlamentares um pedido de audiência junto à coordenadora da Bancada Feminina, deputada Soraya Santos, já que ela não pode se reunir com as Conselheiras para ouvir a reclamação.

De acordo com as Conselheiras, a SPM foi transferida à pedido da Bancada Feminina e elas gostariam de esclarecimentos diante da notícia publicada sobre o fato.



CMulher aprova Emendas à LDO 2019

26/06/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizou reunião deliberativa para aprovação das Sugestões de Emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Projeto de Lei nº 2/2018-CN (PLDO 2019).

Regimentalmente, a Comissão pode apresentar até

duas emendas de inclusão no Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2019. Foram aprovadas as seguintes Ações: 'Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais' e 'Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres', com a alteração para que a ação também seja destinada ao Programa Patrulha Maria da Penha.



CMulher recebeu Promotoras Legais Populares

03/07/2018- Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizou na última terça-feira, 03/07, mais um “Café com Elas”. Nessa edição, a Comissão recebeu as Promotoras Legais Populares e Defensoras Públicas da União e do DF com o objetivo de estabelecer um diálogo e trocar experiências sobre a defesa dos direitos das mulheres.

As Defensoras Públicas trataram sobre a adoção de reserva de vagas nos empregos terceirizados para mulheres, enquanto as Promotoras Legais Populares discutiram sobre o trabalho de capacitação de mulheres que desenvolvem em suas comunidades por meio de oficinas e cursos.



Especialista denuncia tratamento precário a mulheres negras e grávidas nas prisões

04/07/2018 - Agência Câmara

O tratamento dado a mulheres negras e grávidas e o racismo enfrentado por elas dentro dos presídios foram alguns dos pontos levantados por Deise Benedito, advogada, especialista em relações de gênero e raça e em sistema prisional, ouvida nesta quarta-feira (4) no espaço “Tribuna das Mulheres” da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara.

De acordo com Deise, existem hoje 42 mil mulheres presas no Brasil. “Dessas, cerca de 70% são mulheres negras na faixa de 18 a 30 anos”, ressaltou. Segundo ela, esse número reflete uma questão histórica do país. “As mulheres indígenas, assim que foi invadido esse continente, principalmente o nosso território brasileiro pelos colonizadores portugueses, tiveram seus corpos aprisionados”, lembrou.

“Desde que a cadeia surgiu no Brasil, em 1549, sempre tem preto na prisão, só se vê negros na prisão. Então tem também a construção dessa identidade criminosa negra”, lamentou. “Bastou ser mulher, e negra, para ser nela colocado o estigma de ser uma mulher voltada à criminalidade”, completou Deise.

Grávidas

Deise destacou o tratamento desumano que mulheres grávidas recebem nos presídios. Segundo ela, os

estabelecimentos penitenciários não são adaptados a elas. “A própria gravidez vira tortura e aquela criança que ela está esperando também é torturada. Quando elas dão à luz, muitas vezes a comida é reduzida para que seque o leite e a mulher se desfaça da criança mais rápido”, revelou.

A especialista disse que, dentro da prisão, as mulheres se relacionam através da dor. “Muitas mulheres abrem mão da sua cama, da sua cela, da sua grade para dar lugar para que as grávidas não deitem no chão, em colchões de péssima qualidade, com água reduzida”, afirmou. Mas, nada disso se compara à dor de deixar seus bebês. “É a dor maior de todas as mães que estão nas prisões”, ressaltou Deise.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), membro da comissão das mulheres, foi a primeira negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro e também a primeira a chegar ao Senado Federal. Ela foi eleita duas vezes deputada federal e, logo no seu primeiro mandato, ela garantiu às presidiárias o direito de permanecerem com os seus filhos durante a amamentação.

“Nós não vamos aceitar essa perversidade institucional. Vamos disputar pelo nosso espaço, vamos ter mulheres



negras no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas, na presidência da República. Nós vamos ter mulheres negras onde as mulheres negras quiserem estar”, declarou.

Tratamento desigual

A especialista explicou que o racismo institucional que existe no Brasil permite que as mulheres negras em privação de liberdade sejam tratadas de forma diferenciada em relação aos homens. É comum, por

exemplo, que os homens presos escrevam muitas cartas para vários órgãos, mas as mulheres estão sujeitas a uma vigilância maior sobre o que escrevem.

Deise conta que o acesso à biblioteca também é diferente para homens e mulheres. “Quando os livros não são bíblicos, são revistas de romance; nunca é uma lei de execução penal ou o Código Penal, diferente do que é oferecido aos homens”.

Mulheres pedem ações afirmativas e gestão profissional no futebol feminino

05/07/2018 - Agência Câmara

Em clima de Copa do Mundo, mulheres cobraram respeito, patrocínio, estrutura de base, ações afirmativas e gestão profissional no futebol feminino. O apoio a essa modalidade esportiva foi debatido nesta quinta-feira (5) em audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados.

O debate reuniu atletas, dirigentes e representantes dos movimentos Deixa Ela Trabalhar e Mulheres de Arquibancadas, que relataram falta de respeito às mulheres dentro e fora dos gramados.

Apesar de conquistas recentes, o futebol feminino ainda é marcado por preconceitos, baixos salários e reduzido investimento, sobretudo na formação de atletas. O principal patrocinador do futebol feminino no Brasil é a Caixa Econômica Federal. Neste ano, no entanto, o banco reduziu o aporte de recursos devido ao corte de 35% em seu orçamento.

Os organizadores de competições nacionais ainda buscam alternativas de patrocínio e programaram reuniões com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Ministério do Esporte, depois da Copa da Rússia.

Para Alfredo Carvalho Filho, dono de uma empresa promotora de campeonatos (Sport Promotion), o Brasil ainda sofre de “miopia de marketing”, por não enxergar o potencial do futebol feminino. Segundo ele, a Caixa investiu R\$ 10 milhões nos últimos quatro campeonatos brasileiros e teve retorno de R\$ 107 milhões com a exposição da marca.

Cidadania

Ex-zagueira e capitã da seleção brasileira e atual dirigente da Federação Paulista de Futebol, Aline Pellegrino afirmou que parte do problema é cultural e que o futebol feminino pode ser um instrumento de transformação cidadã.

“A gente tem essa arma na mão para tentar melhorar uma sociedade enquanto espaço de homens e mulheres. A sociedade foi sempre pré-definida e a gente sabe o quão mal isso faz para as mulheres: desde violência, assédio e uma série de fatores que não adianta a gente achar que é ‘mimimi’. Antigamente, as coisas aconteciam de forma natural e ninguém falava nada. Hoje não cabe mais isso”, afirmou.

Aline defendeu a união de instituições que atuam na área para superar burocracias que travam o desenvolvimento do futebol feminino. Também citou o



exemplo dos Estados Unidos, onde o investimento no esporte é dividido, meio a meio, entre as modalidades masculinas e femininas. Segundo Aline, a Lei do Profut (Lei 13.155/15), que permite o refinanciamento das dívidas de clubes de futebol, prevê contrapartidas de apoio ao futebol feminino que não vêm sendo cumpridas.

Assédio

Vítima de assédio em estádios e idealizadora do movimento Deixa Ela Trabalhar, a jornalista Bruna Dealtry se queixou que o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03) ainda é muito vago quanto à repressão à violência contra as mulheres. Tanto na prática quanto na cobertura do esporte, Bruna sintetizou a necessidade

de mudança cultural.

“Não queríamos passar a ideia de vítimas ou criar uma rivalidade entre homens e mulheres. Não é por aí, até porque todos fomos criados em uma sociedade machista. No começo das mulheres no jornalismo esportivo, elas entravam muito pelo padrão de beleza. Mas hoje em dia, não: a gente tem que ter conteúdo e a gente está aqui para fazer a diferença também, contando a história da nossa maneira”, disse Bruna.

Na Copa da Rússia, apenas 14% dos jornalistas são mulheres e muitas já foram vítimas de assédio durante o trabalho. Representante do movimento Mulheres de Arquibancadas, Carla Ambrósio repudiou o papel de



“musas” para as mulheres e afirmou que o machismo não pode impedir a consolidação da presença feminina no contexto futebolístico.

Ações afirmativas

Organizadora do debate, a deputada Ana Perugini (PT-SP) sugeriu um seminário para buscar ações afirmativas de participação das mulheres no futebol.

“No ano que vem, nós teremos o Campeonato Mundial Feminino, que vai ocorrer na França. Nós precisamos tratar disso em um seminário para que saíamos daqui com apontamentos e para que possamos criar políticas afirmativas que possibilitem uma igualdade maior entre homens e mulheres, inclusive no mundo dos

esportes”, disse a deputada.

O futebol feminino era proibido pelo Conselho Nacional de Desportos até o início da década de 1980, com base em um decreto (3.199/41) do ex-presidente Getúlio Vargas que citava “desportos incompatíveis com as condições da natureza” feminina. Desde 1996, o futebol feminino foi incluído na lista de esportes olímpicos.

Entre os resultados expressivos, as mulheres do futebol brasileiro conquistaram medalhas de ouro nos Pan-americanos de Santo Domingo (2003), Rio de Janeiro (2007) e Toronto (2015) e de prata nas Olimpíadas de Atenas (2004) e Pequim (2008).

Deputadas e especialistas alertam para racismo e violência contra mulheres negras

13/07/2018 - Agência Câmara

O racismo e a violência que as mulheres negras sofrem hoje em dia foram debatidos por deputados e especialistas na Tribuna das Mulheres. Um espaço da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para discutir temas ligados à causa feminina no Brasil.

A deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, lembrou que as personalidades negras não estão ocupando espaço na sociedade. Atualmente, as mulheres negras ocupam menos de um por cento dos cargos de direção das maiores empresas no Brasil. Elas negras precisam saber como agir diante do preconceito.

“Como é tremendamente difícil. E tem dias que não dá nem para suportar. Que nos emocionou muito. Que nos levou a compreender de uma certa forma, compreender não, como agir diante dessa discriminação, desse preconceito e dessa exclusão que se faz a partir da cor da nossa pele.”

A deputada Ana Perugini, do PT paulista, presidente da Comissão das Mulheres, lembrou que o Brasil foi o último país a acabar com a escravidão, e concordou que ainda hoje as pessoas são julgadas pelas pela cor

da pele.

“Um país que ainda nos olha pela nossa vestimenta, imagina a cor da pele, como isso é forte? Então, a minha situação enquanto mulher branca, é uma no meu país. A situação da mulher negra é outra. E eu preciso respeitar esse lugar, porque só ela pode falar por si.”

A situação de violência contra as mulheres vem piorando no Brasil, mas especialmente para as mulheres negras. Entre 2003 a 2013, cresceu o número de assassinatos contra elas em 54%, enquanto houve redução em 10% na quantidade de assassinatos de mulheres brancas. De acordo com dados da ONU.

A professora Ieda Cruz, coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU) e secretária de Combate ao Racismo da Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE), alertou que a violência contra os negros vem crescendo constantemente no Brasil, principalmente entre os jovens.

“A violência cresce muito quantas mulheres negras. Nós somos a maioria de mulheres desempregadas ou empregadas sem carteira assinada. Então essa



situação precisa ser revista. Nós precisamos de fato dar visibilidade para todas as mulheres negras, mas numa sociedade em que a respeito e oportunidade. Nós estamos assistindo uma violência muito grande contra nossa juventude, a juventude Negra. Os nossos jovens homens são mortos e as nossas meninas nós perdemos por tráfico, nós perdemos para prostituição

a gente vive perdendo essa população né quando elas não estão encarceradas.”

Hoje, em cada três mulheres presas, duas são negras. Havia 37 mil detentas em 2015 e esse número cresceu 545% desde o ano 2000, segundo dados do Mapa da Violência.

Especialistas afirmam que mulheres sofrem preconceito quando participam da política

07/08/2018 - Agência Câmara

Debatedoras afirmam que a mulher que decide participar ativamente da política é atingida pelo preconceito e, muitas vezes, por campanhas difamatórias para prejudicar sua imagem. O tema foi debatido em reunião realizada pela Secretaria da Mulher e pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados e pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

A professora e pesquisadora da Universidade de Brasília Flávia Biroli afirmou que a violência contra as mulheres em relação ao campo político é, geralmente, uma reação à participação feminina nos espaços públicos.

“A ausência de mulheres significa um problema das democracias, um deficit democrático. Mas a sua presença implica deslocamentos e uma redefinição das posições no âmbito político-partidário. Em outras palavras: mexer com quem já ocupa os espaços. É isso que gera, especificamente, a violência contra as mulheres na política”.

Segundo Flávia Biroli, a violência contra a mulher pode ter característica física, sexual, psicológica, simbólica e econômica, e é necessária uma legislação que proteja a participação das mulheres.

Cristiane Brito, vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB, também defende uma maior proteção jurídica e uma legislação eleitoral mais dura.

Ela cita como exemplo o Projeto de Lei 349/15, de autoria da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), que pretende impedir discriminação contra a mulher no campo político-eleitoral.

“Nesse projeto de lei, eu queria chamar a atenção para a definição do que é a violência política-eleitoral. É agressão física, psicológica ou sexual contra a mulher, eleita ou ainda candidata a cargo político, no exercício da representação política, com a finalidade de impedir ou restringir o exercício do seu cargo e ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade”.

Segundo a deputada Erika Kokay (PT-DF), as mulheres enfrentam a violência em todos os setores e, mesmo eleitas, sofrem preconceito e discriminação.

“Quando nós estamos no espaço do parlamento, onde há uma sub-representação feminina, é como se as mulheres não pudessem ter o direito de exercer a sua própria fala, as suas próprias ações. Então há uma tentativa de nos amordaçar, nos acorrentar e nos silenciar. Todos os dias você tem que enfrentar essa lógica sexista e machista, e eu diria que nós enfrentamos desde que nascemos”.

O encontro faz parte de uma série de reuniões intituladas Pauta Feminina e foi realizado em comemoração pelos doze anos de vigência da Lei Maria da Penha, que estabeleceu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.





utada JÔ MORAES

Logo of the Brazilian Chamber of Deputies (Câmara dos Deputados) and the Brazilian Chamber of Senators (Câmara dos Senadores). The logo includes the text "Câmara dos Deputados" and "Câmara dos Senadores" along with a stylized graphic of a globe and the Brazilian flag colors.

Comissão da Mulher defende promotorias populares para orientar vítimas de violência doméstica

08/08/2018 - Agência Câmara

Integrante da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) defendeu nesta quinta-feira (8) que seja institucionalizado nos diferentes estados do País o projeto Promotoras Legais Populares.

Promovido há 14 anos pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) no Distrito Federal e Entorno, o projeto difunde noções de direito ligadas à violência doméstica e a desigualdade de gênero para mulheres. Além disso, promove diálogo com mulheres vítimas de violência e encaminha para o Núcleo de Práticas Jurídicas da UnB aquelas que precisam de atendimento jurídico.

Além do DF, hoje o projeto existe em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás. Na reunião da comissão, a promotora legal popular Laerzi Inês de Souza destacou que “o projeto transforma vidas, proporcionando o reconhecimento de situações de violência e de violações de seus direitos”.

Segundo ela, muitas mulheres em situação de violência e em relação abusiva não entendem que estão passando por aquilo. Ela lembrou que, além da violência física, existe a psicológica e a obstétrica, por

exemplo, e ressaltou a dificuldade de se comprovar esses tipos de agressão. “Os homens intimidam e ameaçam e não tem como provar se não for uma agressão física”, disse.

Desde 2005, cerca de 500 mulheres já participaram do Promotoras Legais Populares.

Feminicídios

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) ressaltou que o debate ocorre na semana em que 5 feminicídios foram denunciados no País e na semana em que a Lei Maria da Penha (11.340/06) completou 12 anos.

“O mais dramático é a paralisia da sociedade ao presenciar as agressões, os gritos de socorro, e não impedir o crime”, afirmou. “Temos o desafio de punir e reeducar, se possível, os criminosos, e temos o desafio de prevenir as agressões, preparando, educando e instrumentalizando as mulheres”, completou. Para ela, o projeto reúne as duas facetas.

O debate foi parte do projeto Tribuna das Mulheres. Trata-se de espaço aberto na comissão para discutir temas que dialoguem com a defesa dos direitos das mulheres.



Ouvidorias pedem apoio da Comissão da Mulher para atender vítimas de violência doméstica

08/08/2018 - Agência Câmara

Representantes de ouvidorias externas de defensorias públicas pediram o apoio da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher no fortalecimento da legislação de combate à violência doméstica. Ouvidoras da Bahia, do Ceará e do Distrito Federal participaram ontem de audiência pública, na Câmara dos Deputados, em alusão aos 12 anos da Lei Maria da Penha (11.340/17), comemorado em 7 de agosto.

A ouvidora-geral da Defensoria Pública do Ceará, Merilane Coelho, explicou que um dos papéis do órgão é fazer o acompanhamento da aplicação da lei nos casos de violência contra as mulheres. “Nós estamos comemorando os 12 anos de uma legislação que não foi totalmente implementada”, afirmou, com base no que testemunha em seu trabalho.

“As mulheres podem nos procurar para garantir e reivindicar seus direitos, seja na saúde, na educação, no sistema prisional, na garantia dos direitos mais básicos negados pelo Estado”, acrescentou.

Feminicídio

Para a ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia e presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil, Vilma Reis, o

debate com a Comissão da Mulher da Câmara é um encontro histórico.

“A batalha das parlamentares para que a gente construa um novo caminho na sociedade para conter o feminicídio e a violência doméstica vai ao encontro da nossa luta para que as mulheres possam ter um novo tipo de inserção no mercado de trabalho, por exemplo”, disse.

Reivindicações

As ouvidoras pediram para a comissão atuar na discussão do encarceramento feminino, proveniente da chamada “guerra às drogas”, e do abuso das prisões provisórias. Outra reivindicação foi a realização de uma audiência com o Supremo Tribunal Federal (STF) para a instituição de ouvidorias externas em outras instituições ligadas à Justiça, como o Ministério Público e os tribunais de Justiça. Elas também solicitaram agilidade na abertura das Casas da Mulher Brasileira e o fortalecimento das defensorias públicas.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) informou, em nome do colegiado, que vai requerer a realização de um debate na Câmara dos Deputados para discutir as questões levantadas pelas ouvidoras.

Risco de morte violenta na juventude é duas vezes maior entre mulheres negras

08/08/2018 - Agência Câmara

Somente este ano, o número 180 recebeu mais de 73 mil denúncias de violência contra a mulher. Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Antônio Lima Júnior destacou que o risco de mortes violentas para mulheres entre 15 e 29 anos é duas vezes maior para as mulheres negras.

“Os indicadores de trabalho, renda, moradia, todos esses indicadores negativos tendem a expor as mulheres negras a um maior processo de vulnerabilização social”, informou o pesquisador.

Os números foram apresentados durante audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara nesta quarta-feira (8) para debater respostas ao feminicídio de mulheres negras. O evento faz parte das atividades marcadas para lembrar os 12 anos de vigência da Lei Maria da Penha, que estabeleceu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Lima Júnior informou que um conjunto de fatores atuam para aumentar o risco de morte incluindo as respostas que o Estado tem dado à vulnerabilização desse grupo. “O encarceramento, a passagem pelo sistema sócio-educativo na juventude, todas essas vulnerabilizações concorrem para intensificar que a

morte seja um evento provável em condições precoces para as mulheres negras”, explicou.

Lei Maria da Penha

A Coordenadora Nacional do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, Soraia Mendes, reconheceu os avanços da Lei Maria da Penha, mas lamenta que as mulheres negras não estejam sendo beneficiadas.

“Nós sabemos que as mulheres são demovidas nos sistemas de justiça criminal de fazer a denúncia. A começar pela primeira porta que é a delegacia de polícia. Mas, as mulheres negras sequer chegam às delegacias de polícia porque é um espaço de um Estado que sempre lhe causou violência. Para que procurar uma delegacia de polícia se na delegacia de polícia não se vai encontrar um espaço de acolhimento? As mulheres negras desconfiam e desconfiam com razão”, declarou.

Omissão

A representante na audiência da Associação Artemis contra a Violência Doméstica e Obstétrica, Ilka Teodoro, afirmou que o Estado também é cúmplice da morte de mulheres negras quando se omite. Ela destacou que no ano passado nasceram 162 mil bebês de mães que tinham entre 10 e 14 anos, apesar da Constituição



Federal determinar que qualquer ato sexual com pessoas com menos de 14 anos é estupro de vulnerável.

A deputada Zenaide Maia (PHS-RN) lamentou que o Estado brasileiro esteja sendo omissivo em relação à morte de mulheres negras em todo o país. “Nós sabemos que estão matando principalmente os pretos e pobres. A discriminação com as mulheres é muito

maior com as mulheres negras e o que falta é vontade política para resolver o problema”.

A representante do Ministério da Saúde, Cheila de Lima, reconheceu que apesar dos esforços realizados pelo ministério para mapear a violência contra mulher negra, o país avançou pouco no combate efetivo.

Mudança no “Ligue 180” recebe críticas na Câmara

08/08/2018 - Agência Câmara

A transferência do Ligue 180 para a ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos recebeu críticas durante audiência pública realizada nesta terça-feira (14) na Câmara. Deputadas da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e especialistas lembraram que o canal é um serviço especializado, criado com a intenção de ser um espaço de informação, orientação e empoderamento das mulheres.

O Ligue 180 é o canal de denúncia e orientação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), destinado à população feminina vítima de violência.

Segundo a ex-secretária de Enfrentamento à Violência da SNPM Aparecida Gonçalves mais da metade das ligações recebidas pelo número são pedidos de orientação.

“De 1.138.000 atendimentos, 53% são de prestação de informação, são as mulheres querendo saber o que é a legislação, o que é direito delas, se elas perdem a guarda do filho se elas abandonarem o marido agressor, se elas perdem o direito à casa, à propriedade. Então são informações básicas que vão subsidiar as mulheres a tomarem a decisão de fazer ou não a denúncia”, explicou.

Orientação

“Nós queremos que ele cumpra a sua função de um

serviço de porta de entrada para as mulheres, tanto para fazer a denúncia, quanto para ter informação e orientação. Exatamente no momento em que nós estamos vendo um aumento de violência, nós estamos perdendo direitos. Estamos perdendo o único canal que as mulheres têm para fazer denúncia e ter informação”, observou.

De acordo com a presidente da comissão, deputada Ana Perugini (PT-SP), a decisão de levar o Ligue 180 para uma ouvidoria descaracteriza a política pública como um instrumento de amparo às mulheres.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) pediu a aprovação de uma moção contra a migração do canal e a realização de uma audiência pública com o ministro responsável para esclarecimentos sobre o assunto.

“O ministro simplesmente não pode migrar a estrutura que existe no 180 para uma ouvidoria. As especificidades precisam ser consideradas. Nada justifica que nós tenhamos a desconstrução do 180, que existe ano após ano e foi se fortalecendo”, disse a deputada.

A comissão aprovou por unanimidade o requerimento da deputada, convocando o Ministério dos Direitos Humanos a se pronunciar. O debate ocorreu no espaço “Tribuna das Mulheres”, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.



Deputada ANA PERUGINI



Comissão aprova projeto que proíbe conceder prêmio diferente em função do gênero do atleta

15/08/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou proposta que proíbe o oferecimento de prêmios de valores diferentes para atletas homens e mulheres. A medida está prevista no Projeto de Lei 8430/17, da deputada Gorete Pereira (PR-CE), que acrescenta dispositivo na Lei Pelé (Lei 9.615/98).

O texto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pela relatora, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG). “A iniciativa de exigir a isonomia no

valor das premiações pagas a homens e mulheres em competições organizadas com recursos públicos vai ao encontro da luta contra a discriminação de gênero”, disse.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e agora será analisado pelas comissões do Esporte; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Comissão aprova inclusão de vacina contra HPV no calendário oficial

15/08/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou a inclusão da vacina contra o HPV - vírus sexualmente transmissível que pode causar câncer - no calendário do Programa Nacional de Imunizações do Sistema Único de Saúde (SUS). O texto inclui a obrigatoriedade na Lei de Vigilância Epidemiológica (Lei 6.259/75).

A medida está prevista no Projeto de Lei 6820/10, do Senado, e recebeu parecer pela aprovação da relatora, deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ). Ela destacou que o Ministério da Saúde já acrescentou o procedimento em seu calendário de vacinações de meninas e meninos.

A comissão já havia analisado e aprovado essa proposta em 2017. O tema retornou ao colegiado devido à necessidade de ajustes no parecer da relatora, que agora decidiu rejeitar os sete projetos que tramitavam apensados ao PL 6820/10.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto já foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família.



Comissão aprova mudanças do Senado a crime de exposição de fotos íntimas na internet

15/08/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou nesta terça-feira (14) proposta que pune com pena de reclusão de 2 a 4 anos, mais multa, o registro ou divulgação, não autorizada, de cenas da intimidade sexual de uma pessoa, a chamada “vingança pornográfica”.

O texto da Câmara dos Deputados modifica a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) para tipificar nova forma de violência doméstica e familiar contra a mulher com a divulgação pela internet, ou em outro meio de propagação, de informações, imagens, dados, vídeos, áudios, montagens ou fotocomposições da mulher sem o seu expresso consentimento.

Entretanto, a comissão aprovou substitutivo do Senado ao 5555/17 que apenas inclui a violação da intimidade como outra forma de violência doméstica e familiar, sem caracterizá-la.

Para a relatora na comissão, deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), o texto “vem ao encontro dos anseios de toda a sociedade, ao aprimorar a rede de resguardo das mulheres que sofrem violência de natureza doméstica e familiar”. Carneiro foi a relatora de Plenário do texto aprovado em 2017.

Aumento de punição

Originalmente a proposta estabelecia pena de reclusão de 3 meses a 1 ano, mais multa, pela exposição da intimidade sexual de alguém por vídeo ou qualquer outro meio. O texto vindo do Senado ampliou essa pena de reclusão para 2 a 4 anos, mais multa. O texto original estabelecia aumento de um terço à metade se o crime for cometido por motivo torpe ou contra pessoa com deficiência.

Mais quatro possibilidades para aumento de pena foram acrescentadas no Senado: prática do crime contra pessoa incapaz de oferecer resistência ou sem discernimento apropriado; com violência contra a mulher; por funcionário público no exercício de suas funções ou por quem teve acesso a conteúdo do material no exercício profissional e que deveria mantê-lo em segredo.

A tipificação prevista no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) foi reformulada para “divulgação não autorizada da intimidade sexual”. Também comete o crime quem permitir ou facilitar, por qualquer meio, o acesso de pessoa não autorizada a acessar esse tipo de conteúdo.

Atualmente, o Código Penal já tem uma tipificação (Lei



Carolina Dieckmann 12.737/12) para o crime de invasão de dispositivo informático, com pena de reclusão de seis meses a 2 anos e aumento de um a dois terços quando houver a divulgação a terceiros do conteúdo obtido.

Foto ou filmagem

O substitutivo do Senado também cria outro delito,

o registro não autorizado da intimidade sexual, com pena de detenção de 6 meses a 1 ano e multa. Comete o mesmo crime quem realiza montagem para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual.

Finalmente, o texto muda o Código Penal para que, nos crimes relativos à exposição da intimidade sexual, a ação penal seja pública e condicionada à representação.

Projeto criminaliza divulgação de foto ou vídeo que exponha intimidade da mulher

12/09/2018 - Agência Câmara

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 9930/18, da deputada Erika Kokay (PT-DF), que criminaliza a divulgação, sem consentimento, de foto, vídeo ou outros materiais relativos à intimidade de mulher.

A proposta acrescenta artigo ao Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), prevendo pena de detenção de três meses a um ano mais multa para o crime.

Pelo texto, a pena será aumentada da metade caso a captação da foto, vídeo ou outros materiais relativos à intimidade de mulher decorra de atividade profissional comercial ou funcional.

A pena será aumentada da metade também no caso de utilização clandestina de câmeras em banheiros públicos, imóveis alugados ou quartos de hotel.

O texto também altera a Lei Maria da Penha (11.340/06), para que o comportamento passe a ser considerado violência psicológica.

“É inadmissível que a fragilidade da mulher seja exposta por qualquer meio, seja físico ou digital”, justifica a parlamentar.

Outras propostas

A Câmara dos Deputados já aprovou, no ano passado, outra proposta que considera como violência contra a mulher a divulgação pela internet, ou em outro meio de propagação, de informações, imagens, dados, vídeos, áudios, montagens ou fotocomposições da mulher sem o seu expresso consentimento (PL 5555/13).

O projeto foi enviado ao Senado, onde foi modificado, e agora as alterações serão analisadas pela Câmara.

Atualmente, o Código Penal já tem uma tipificação (Lei Carolina Dieckmann) para o crime de invasão de dispositivo informático, com pena de reclusão de seis meses a 2 anos, e aumento de um a dois terços quando houver a divulgação a terceiros do conteúdo obtido.



Projeto garante à gestante seis meses de salário-maternidade sem ônus para empregador

15/09/2018 - Agência Câmara

Tramita na Câmara dos Deputados proposta que garante à gestante provedora seis meses de salário-maternidade, sem ônus para o empregador, até o final do sexto mês de gozo da licença maternidade. O texto considera gestante provedora aquela responsável por mais de 70% da renda familiar.

A medida consta no Projeto de Lei 9739/18, do deputado Flavinho (PSC-SP), e visa incentivar a contratação de mulheres no período gestacional. “Em diversas ocasiões, excelentes candidatas deixam de

ser admitidas em vagas de emprego em decorrência do seu estado gestacional, que gera maior custo para a empresa”, justificou.

Isenção

Ao instituir o Programa Nacional de Promoção e Proteção ao Emprego da Gestante Provedora, o projeto isenta o empregador que contratar esta gestante do recolhimento previdenciário no período em que for pago o benefício do salário-maternidade a ela.



Mulheres debatem prevenção ao câncer de mama

31/10/2018- Agência Câmara

Para encerrar a campanha Outubro Rosa, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados convidou a enfermeira do Hospital da Mulher da Unicamp, Marcela Zanatta, para falar sobre os cuidados na prevenção do câncer de mama.

Zanatta falou sobre como evitar o desenvolvimento do câncer. Segundo a enfermeira, o cultivo de hábitos de vida saudáveis – como a prática de atividades físicas, ter uma dieta balanceada e evitar o consumo de álcool – é fundamental para diminuir a chance de desenvolver a doença.

A enfermeira também alertou que as terapias hormonais aumentam o risco do câncer de mama. Menstruação precoce, menopausa tardia e

gravidez após os 30 anos são outros fatores que ampliam o risco de desenvolvimento da doença.

“No nosso país, aos 74 anos de idade, todas nós teremos tido provavelmente em torno de 7% de chance de ter desenvolvido um câncer de mama na nossa vida toda. A gente fala hoje de quase 60 mil casos novos por ano e uma incidência de 57 a cada 100 mil habitantes. É uma incidência alta”, afirmou.

Marcela Zanatta ressaltou que a maioria dos casos acontece com maiores de 50 anos e que apenas 10% das ocorrências da doença têm relação com a carga genética. Por isso, ela defendeu a oferta do exame de mamografia pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para essa faixa etária de mulheres.



Feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas, aponta pesquisadora

07/11/2018- Agência Câmara

O feminicídio está crescendo entre as mulheres negras e indígenas, embora esteja diminuindo entre as mulheres brancas. Entre os dois primeiros grupos, o índice do crime chega a ser o dobro do que entre as mulheres brancas. O alerta foi feito pela doutora em demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Jackeline Aparecida Romio.

Ela participou de debate na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (7) sobre a ocorrência de feminicídios no País. Segundo a pesquisadora, os dados significam que as mulheres negras e indígenas não estão sendo atingidas pelas políticas universais e precisam de políticas públicas específicas.

“Talvez vocês aqui possam pensar em políticas de segurança e de saúde pública que sejam específicas e direcionadas para mulheres negras e indígenas para corrigir essa tendência de queda só para mulheres brancas, que talvez sejam melhor atendidas nas delegacias, talvez tenham todo um serviço de apoio e assistência diferenciados, talvez sejam até mais contempladas pelas campanhas de violência contra a mulher”, disse.

Feminicídio reprodutivo

Lei aprovada pelo Congresso em 2015 (13.104) alterou o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para qualificar o feminicídio como um crime contra a mulher tendo como razão simplesmente a sua condição

do sexo feminino. A lei inclui entre essas razões a violência doméstica e familiar; e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Pela lei, esses crimes são considerados hediondos e têm pena maior do que o homicídio comum.

A doutora acrescenta que em muitos feminicídios há mutilação de corpos - o que demonstraria o ódio contra a mulher. Além do feminicídio sexual (resultado de violência sexual) e do doméstico (resultado de violência doméstica), ela considera que existe o feminicídio reprodutivo - que seriam as mortes indiretas de mulheres causadas pelo aborto. “Essas mortes devem ser entendidas como feminicídio pelo grau epidemiológico em que têm ocorrido no Brasil”, avaliou.

Racismo institucional

A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) afirmou que é preciso investigar as causas de mortalidade materna no Brasil e por que as mulheres negras morrem mais do que as brancas. Segundo ela, as negras sofrem racismo institucional, sendo o tempo dedicado nas instituições de saúde brasileiras às mulheres negras inferior ao tempo dedicado às mulheres brancas nas mesmas instituições.

“Por que mulher negra tem que morrer mais do que mulher branca se tem a mesma escolaridade e a distância do posto de saúde é a mesma e teve o mesmo número de consultas no pré-natal?”, questionou.

mulheres e acontece
práticas sociais que
integridade, a saúde, a
res (LAGARDE, 2008:

ades designadas para
de maneira negligente,
te na sociedade uma
sexistas e misóginos
para a existência de
um crime de Estado



JACKELINE ROMIO

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Mulheres

Seminário debate desafios das mulheres negras no Brasil

19/11/2018 - Agência Câmara

A Câmara dos Deputados realiza nesta terça-feira (20), no Dia da Consciência Negra, o seminário Mulheres Negras Movem o Brasil: visibilidade e oportunidade. As mulheres negras no Brasil são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas, de acordo com os dados de 2015 extraídos do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.

De acordo com uma das organizadoras do evento, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), o objetivo do encontro é dar mais solidez às discussões e desafios colocados:

“O Brasil está tendo uma mudança, em relação aos direitos de política de gênero da mulher negra, vemos a possibilidade de um grande retrocesso, mas em contrapartida estamos vendo uma mobilização muito forte em relação a essa questão de gênero e étnica, e esse seminário é uma acumulação de força e organização internacional.”

No início deste mês, uma audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher destacou que o feminicídio está crescendo entre as mulheres negras e indígenas, embora esteja diminuindo entre as mulheres brancas. Entre os dois primeiros grupos, o índice do crime chega a ser o dobro do que entre as mulheres brancas

Entre 2003 a 2013, houve um aumento de 54% no número de assassinatos de mulheres negras enquanto houve redução em 10% na quantidade de assassinatos de mulheres brancas. No quadro diretivo das maiores empresas no Brasil, as negras

são apenas 0,4% das executivas - apenas duas num total de 548 executivos e executivas.

Criminalização do aborto

Já Charlene Borges, dos grupo de trabalho de mulheres e de políticas etnoraciais da Defensoria Pública da União, destacou que a criminalização do aborto afeta especialmente a mulher negra. “Elas são as mulheres que são efetivamente objeto da punição ou da perseguição penal quando as denúncias são realizadas pelo sistema de saúde”, disse.

“Também são elas as mais afetadas pela ausência de oferta de política pública de saúde reprodutiva e de planejamento familiar”, completou. “O atendimento nas emergências, quando ocorre a prática do aborto inseguro clandestino, só ocorre porque não existe uma oferta de política de saúde para essa mulher”, acrescentou ainda.

Cerceamento de liberdade

A especialista em Direitos Humanos Deise Benedito, por sua vez, chamou atenção para a falta de acesso à Justiça e aos direitos básicos pela população negra. “Ainda somos coisificados, ainda somos despossuídos de direitos, ainda somos aqueles que não merecem ser respeitados”, afirmou. “A abolição não foi concluída, não garantiu nenhum direito, não garantiu escola, saúde, moradia e terra”, complementou.

Segundo Deise, o cerceamento de liberdade ganhou novas metodologias, e os negros passaram do “ferro das senzalas aos ferros das grades das prisões”. “Basta ter a pele escura para ser preso. Basta estar com um guarda-chuva, em dia de chuva, para que

Seminário



MULHERES NEGRAS MOVEM O BRASIL



“você seja morto por confundirem um guarda-chuva com uma metralhadora”, disse.

A representante da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, a advogada Vera Araújo, acredita que a desigualdade racial no Brasil é sustentada pelo sistema de Justiça. Conforme ela, menos de 18% dos integrantes do Poder Judiciário são negros e a advocacia também é ostensivamente branca. “A advocacia brasileira sequer tem um censo sobre a presença de negros e não há registro de conselheiros da OAB ou presidentes da ordem negros”, mencionou.

Assassinatos de quilombolas

Conforme Givânia Silva, da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola, o número de assassinato de quilombolas cresceu cerca de 350%

entre 2016 e 2017 e esses casos não são investigados. Ela observou que, nos últimos 10 anos, o ano de 2017 foi o mais violento para as comunidades quilombolas de todo o Brasil

Para deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que propôs o evento, há retrocessos institucionais, como a não demarcação de terras quilombolas nos últimos anos e a reforma trabalhista, que, na visão dela, atinge mais as mulheres negras.

Promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com apoio da Secretaria da Mulher da Câmara, o seminário abre os “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres” - campanha internacional que ocorre todos os anos, entre 25 de novembro e 10 de dezembro.

Lei brasileira que trata da alienação parental não tem base científica, afirma debatedora

19/11/2018 - Agência Câmara

Durante a segunda parte do seminário sobre guarda compartilhada realizado nesta terça-feira na Câmara dos Deputados, a representante do Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Myllena Calasans, afirmou que a lei que trata da alienação parental no Brasil (Lei 12.318/10), baseada na teoria de Richard Gardner, não possui base científica consolidada.

A lei define a alienação parental como “a interferência na formação psicológica da criança ou adolescente” praticada por um dos genitores. Ela prevê que, caso haja indícios de difamação ou de práticas que dificultem o contato com o pai ou a mãe, a Justiça poderá determinar medidas para assegurar a proximidade com o genitor que foi difamado, por exemplo.

Durante o seminário, participantes criticaram a lei e afirmaram que a denúncia de violência doméstica por parte das mães está sendo tratada como alienação parental, ou seja, como uma difamação da figura do pai. “A alienação parental não protege as crianças e estigmatiza as mulheres. É mais uma forma de criminalização das mulheres”, declarou Myllena Calasans.

A representante do coletivo Mães nas Lutas, organização com mais de 200 mães vítimas da lei da alienação parental, Juliana Castro, afirma que mais de 160% dessas mães perderam a guarda de seus filhos depois de denunciar violência sexual. “Essas crianças

foram entregues aos genitores abusadores. O mau funcionamento dessa lei tem sido um massacre de crianças entregues a abusadores e é fundamental que essas crianças sejam resgatadas”, declarou Juliana.

“A mulher passa por um processo de violência e não consegue ter a guarda da criança. E sabe que o ex-marido também pratica violência com a própria criança. Essa é uma situação gravíssima e é isso que nós precisamos observar”, acrescentou a deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

América Latina

Myllena Calasans explicou que a maioria dos outros países sul-americanos não tem uma lei específica para tratar de alienação parental como ocorre no Brasil. Em Porto Rico, o assunto é tratado na Lei de Seguridade, Bem Estar e Proteção das Crianças e define alienação parental como uma forma de maus tratos. Na Argentina, a questão está prevista no Código Penal desde 1993 e, no Chile, o tema é garantido no Código Civil e faz modificações nas legislações internas do país.

Na Costa Rica, a alienação parental está sendo discutida em projeto de lei que, de acordo com Myllena, tem semelhanças com a lei brasileira. Ela explica que a previsão do que seria equivalente à alienação parental é chamado de violência parental, mas com as justificativas da lei brasileira, “com a diferença de que lá a proposta é fazer um acréscimo



na lei contra a violência doméstica, de 1996 – uma das primeiras do continente”.

Já no México, a lei foi objeto de ação de inconstitucionalidade. As justificativas foram de que a lei não atingiria o fim da proteção das crianças, dificultaria a investigação das denúncias de abuso sexual, seria uma discriminação indireta contra as mulheres e se basearia numa teoria sem base científica. Como resultado, a Suprema Corte declarou a lei inconstitucional e ela foi revogada e retirada do Código Civil mexicano.

Apesar das diferenças, segundo Myllena Calasans, os problemas que o Brasil enfrenta na legislação são

os mesmos dos países vizinhos da América Latina. “Não há a necessidade da categoria de alienação parental para que seja feita a proteção e o cuidado das crianças pós-divórcio”, afirmou.

Seminário

O evento foi proposto pelas deputadas Luizanne Lins (PT-CE), Ana Perugini (PT-SP), Elcione Barbalho (MDB-PA) e continua nesta quarta-feira (28). O seminário é promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, pela Secretaria da Mulher da Câmara e pela Procuradoria da Mulher no Senado Federal.

Diploma Mulher-Cidadã homenageia a vereadora assassinada Marielle Franco

29/11/2018 - Agência Câmara

A vereadora Marielle Franco foi a grande homenageada na entrega do Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós 2018, na manhã desta quinta-feira (29), na Câmara dos Deputados. O prêmio reconhece mulheres que tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania e para a defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero no Brasil.

Assassinada em março deste ano, Marielle recebeu o diploma in memoriam. Socióloga, feminista e defensora dos direitos humanos, ela foi eleita vereadora na cidade do Rio de Janeiro em 2016, cargo que exerceu até ser morta.

Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), homenagear Marielle Franco significa dizer que “as ideias são imunes às balas e que Marielle está todos os dias surgindo em nossas vidas como se fosse semente”. “Ela está em cada ato de ousadia, em cada ato de liberdade, em cada ato que se inquieta com uma estrutura e uma ordem que nos quer caladas e dominadas”, afirmou Kokay.

Ao receber a homenagem em nome da filha, Marinete Silva, mãe de Marielle, declarou que a vereadora tornou-se símbolo de uma classe política que fez

a diferença. “Uma mulher de periferia, uma negra que veio da favela da Maré. Trabalhou cedo, casou cedo, foi mãe cedo demais. Liderou como ativista uma comissão de direitos humanos. É essa história que a gente vem contar e refletir o porquê de uma tragédia que aconteceu com a Marielle”, lamentou.

Marinete cobrou o esclarecimento do crime já que ainda não se sabe quem matou Marielle. Para a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Ana Perugini (PT-SP), Marielle foi morta pelo machismo, pelo sexismo, pelo racismo e pela sede incontrolada de poder. “Marielle está em cada uma de nós. Estamos e estaremos juntas ao buscar a verdade.”

Primeira prefeita

Alzira Soriano (1897-1963) também recebeu o Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós 2018 in memoriam. Ela foi a primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina. Tomou posse na prefeitura de Lajes (RN) em 1º de janeiro de 1929.

Em discurso enviado à sessão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, chamou a atenção para a necessidade de as mulheres ocuparem mais espaço



Ilustração: mariellefranco.com.br

na política. “A composição desta Casa e do Senado Federal ainda não reflete o peso e a importância das mulheres na sociedade brasileira.” Nas últimas eleições, 77 mulheres conquistaram uma cadeira na Câmara dos Deputados, o que representa 15% das 513 vagas da Casa. “É um discreto avanço em relação à atual legislatura, que conta com 53 deputadas, ou 10% da representação”, comemorou Maia.

As outras homenageadas foram:

Ana Cristina Ferro Blasi – Foi juíza do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e responsável pela campanha “Mulheres na política, elas podem, o Brasil precisa”.

Renata Gil de Alcântara Videira - Juíza responsável pela organização do prêmio “Amaerj (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro) Patrícia Acioli de Direitos Humanos”, que já premiou diversas ações relativas aos direitos da mulher e questões de gênero.

Mônica Spada e Sousa – É diretora-executiva da Maurício de Sousa Produções, lançou o projeto “Donas da Rua” em 2016, em parceria com a ONU Mulheres, para estimular o empoderamento e a igualdade de oportunidades. É filha do cartunista Maurício de Sousa e inspiração para a uma de suas personagens mais famosas, a Mônica.

Aliás, Mônica – a personagem dos gibis – foi bastante lembrada durante a sessão solene como exemplo de menina forte desde a infância. Para

Mônica Spada e Sousa, seu pai ousou ao colocar uma personagem feminina, nos anos 60, entre tantos personagens masculinos como Cebolinha e Cascão.

A própria secretária de Políticas para Mulheres, Andreza Colatto, afirmou ter crescido lendo os gibis da Turma da Mônica. “Dizíamos: se a Mônica pode, eu também posso”, recordou. “As meninas fortes de hoje serão as mulheres incríveis de amanhã”, acrescentou a deputada Keiko Ota (PSB-SP).

Carlota de Queirós

Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), que dá nome ao prêmio, nasceu na cidade de São Paulo. Médica, escritora e pedagoga, foi a primeira mulher brasileira a votar e ser eleita deputada federal. Entre 1934 e 1935, participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte.

Foi eleita para a Câmara dos Deputados pelo estado de São Paulo em 1934. Durante o mandato, dedicou-se a ações educacionais que contemplassem melhor o tratamento às mulheres e às crianças. Ocupou o cargo até 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso.

Para os parlamentares e convidados presentes à sessão solene de entrega do diploma, Carlota representa pioneirismo e deve ser lembrada hoje, quando as mulheres ainda lutam por direitos e igualdade em relação aos homens e também contra a violência de que são vítimas.

Reforma Tributária Solidária é tema de audiência na Comissão da Mulher

05/12/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados discute nesta tarde as propostas apresentadas pelo manifesto "Reforma Tributária Solidária".

Lançado em abril, o manifesto, de autoria da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), propõe uma reforma tributária para aumentar a arrecadação sobre a renda e reduzir a

do consumo, a fim de diminuir a desigualdade tributária do sistema brasileiro.

Foram convidados para discutir a proposta com os parlamentares, entre outros, o presidente da Anfip, Floriano Martins de Sá Neto; o presidente da Fenafisco, Charles Johnson da Silva Alcantara; e a técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Joana Mostafa.





Comissão da Mulher veta candidatura de condenado por violência doméstica

14/12/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou proposta para impedir que condenados por crime sexual contra criança e adolescente ou por violência contra a mulher possam ser candidatos a cargos eletivos: presidente, governador, prefeito e vices; senador; deputado federal, estadual ou distrital; e vereadores.

O texto aprovado é o substitutivo da deputada Dâmina Pereira (Pode-MG) ao Projeto de Lei Complementar 367/17, do Senado. O texto original impede a candidatura dos condenados por submissão à prostituição ou exploração sexual de criança e adolescente, sem tratar dos casos de violência contra a mulher.

“É relevante a proposta de estender a sanção de inelegibilidade aos condenados pela prática de crimes contra mulheres, previstos na Lei Maria da Penha. Deve-

se exigir dos representantes da população nos órgãos do Executivo e do Legislativo uma postura exemplar, tanto em sua vida privada quanto em sua vida pública”, defendeu.

Pelo texto, ficarão inelegíveis os que forem condenados por crimes contra dignidade sexual de crianças e adolescentes e os praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei já torna inelegíveis os condenados por crimes contra a vida e a dignidade sexual.

A proposta aprovada segue a regra estabelecida pela Lei da Ficha Limpa: a candidatura é barrada se o autor foi condenado por sentença irrecorrível ou por órgão colegiado (tribunais de Justiça, tribunais regionais federais, Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal).

Comissão dá prioridade no acesso ao Pronatec a famílias chefiadas por mulheres

17/12/2018 - Agência Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou prioridade aos estudantes de famílias chefiadas por mulheres no acesso às bolsas de estudo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Projeto de Lei 4291/16, do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), altera a lei que institui o Pronatec (12.513/11) para incluir os estudantes das famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar entre as prioridades.

A lei já garante preferência para estudantes de ensino médio da rede pública; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista.

A relatora, deputada Zenaide Maia (PHS-RN), destacou que as famílias que dependem apenas de um integrante para o seu sustento estão sujeitas a maior vulnerabilidade. Ela também ressaltou que as mulheres chefes de família sabidamente ganham menos que os homens na mesma situação.

“A proposta reforça o apoio do Poder Público a famílias que estão expostas a maior vulnerabilidade”, disse.

Maia citou estudo da Universidade Federal de Santa Catarina que defende políticas públicas que impulsionem as famílias chefiadas por mulheres como ferramenta para combater a reprodução da pobreza.



Funcionamento da Casa da Mulher do DF depende de reformas, afirmam debatedores

19/12/2018 - Agência Câmara

A Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal foi fechada em abril deste ano por problemas estruturais. Em novembro, parte das instalações foi liberada para uso, mas assistentes sociais que atuam no local defendem que não há como realizar o trabalho a que a casa se propõe sem que todos os equipamentos funcionem de maneira adequada.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara realizou audiência pública para discutir a situação da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal, que integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres.

A iniciativa faz parte do Programa Mulher, Viver sem Violência, criado em 2013 pelo governo federal. Até agora, sete dessas casas já foram implantadas pelo Brasil.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do governo do Distrito Federal, Clayton Avelar, afirmou que a Casa do DF só pode ser reaberta se for para funcionar de maneira adequada.

“Nós queremos a reabertura da Casa da Mulher Brasileira da maneira que ela foi concebida, para evitar que as mulheres tenham que perambular em direção ao Judiciário, em direção à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em direção ao Ministério Público, em direção à assistência social”, afirmou.

A Secretária Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, Joana Mello, destacou que após o fechamento da Casa os serviços foram distribuídos para diversos locais do Distrito Federal, o que dificulta muito o atendimento às mulheres vítimas de violência.

“Não temos um espaço onde todos os serviços funcionem de forma integrada, de forma humanizada. Nós não podemos fragilizar ainda mais uma mulher vítima de violência”, informou.

Cronograma

A deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do pedido para o debate, lamentou que a Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal, inaugurada em 2015, nunca tenha chegado a funcionar de maneira plena. Para ela, é preciso que se estabeleça um cronograma que garanta o funcionamento da instituição.

“Se é preciso escolher um outro espaço, que se escolha um espaço provisório para que tenhamos um cronograma que possibilite a volta do atendimento na Casa da Mulher Brasileira e que os serviços possam continuar integrados”, defendeu. Kokay promete procurar o ministro dos Direitos Humanos ainda neste ano para que um compromisso seja firmado nesse sentido.





**Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher**



**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
Câmara dos Deputados**

Anexo II – Pav Superior - Sala 150, Ala B
Praça dos Três Poderes - CEP: 70160-900
Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6990

E-mail: cmulher.decom@camara.leg.br